

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**A AGRESSÃO SEXUAL EM CONTEXTOS FESTIVOS
E O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

Carolina Mara Barros

Outubro, 2016

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Celina Manita*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade intelectual.

Agradecimentos

Não seria possível percorrer este caminho, nem realizar este estudo, sem que houvesse pessoas que investissem e dessem o seu contributo de variadíssimas formas.

Neste sentido gostaria de agradecer à Professora Doutora Celina Manita, pela orientação e supervisão.

Às minhas gaienses, Xana, Mariana e Diana, por partilharem e, em grande parte, impulsionarem, uma das experiências mais alucinantes da minha vida. Principalmente por me obrigarem demasiadas vezes a fazer o que não queria. Por isto e por tanto mais, obrigada.

À Patrícia por me permitir descompreender e por ser um porto sentido.

À minha família pelo sacrifício, pela gestão de distâncias, pela aceitação das minhas teimosias e por compactuarem com os meus caminhos.

Aos meus madeirenses-de-lá, Carolina, Susana, Catarina e Leandro, pelas vírgulas e pontos de encontro. Pela eterna presença, mesmo quando me faço ausente.

Aos meus madeirenses-de-cá, Petra, Eduardo, Diana, Sabina e Sara, por serem tudo o que não precisava que fossem. E mais.

Á Januscas pela amizade, disponibilidade e parceria psi.

A todos os meus colegas, amigos e professores da faculdade que partilharam comigo este percurso e contribuíram para gerar mudanças irreversíveis.

A todos os meus amigos que souberam lidar com a “Tese”, oferecendo-me apoio e compreensão.

Um especial obrigado a todas as pessoas que se disponibilizaram a partilhar as suas experiências pessoais com um rosto desconhecido, sem elas este estudo não existiria.

Resumo

A comunidade científica tem vindo a desenvolver investigação em torno do fenómeno da agressão sexual, estudando a prevalência e incidência deste fenómeno, propondo e debatendo modelos explicativos. Este interesse científico deve-se, em grande parte, às profundas repercussões deste crime para as vítimas e para a sociedade.

Neste trabalho pretende-se perceber de que forma a agressão sexual está presente em contextos festivos e de que forma estes contextos poderão influenciar a sua ocorrência. Destacam-se, a este nível, os consumos de substâncias psicoativas, não só devido à sua forte ligação intrínseca a estes contextos, como também pela sua associação à agressão sexual. Optou-se, assim, por uma metodologia quantitativa, procedendo-se a uma recolha de dados sobre estes fenómenos através de um questionário administrado *online*, dividido em cinco partes. A Parte I diz respeito à frequência dos contextos festivos, ao consumo de substâncias psicoativas e a características sociodemográficas dos respondentes. A Parte II procura perceber a prevalência de diferentes tipos de agressão sexual em contextos festivos e os consumos associados. A Parte III corresponde à perceção do envolvimento na agressão sexual. Na Parte IV aplica-se a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (Martins, Machado, Abrunhosa e Manita, 2012), finalizando com a Parte V que mede as crenças acerca dos consumos e da agressão sexual. No que diz respeito à amostra, esta inclui 245 pessoas, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos, sendo 198 do sexo feminino e 47 do masculino.

Concluiu-se que a agressão sexual é um fenómeno com uma significativa expressão no contexto festivo português, destacando-se as agressões sexuais consideradas menos graves, como o “beijar contra a vontade” (41.6%) ou o “roçar-se na outra pessoa contra a sua vontade” (71.4%) mas registando-se alguns casos de agressão considerada muito grave, como a “tentativa de penetração contra a sua vontade” (9.2%).

Da mesma forma, detetam-se elevados níveis de consumo de substâncias psicoativas nestes contextos e associações específicas entre contextos, consumos e agressões. Este estudo permitiu-nos compreender também a forma como determinadas crenças presentes na sociedade e fatores contextuais e situacionais se entrecruzam, contribuindo para o aumento da probabilidade de ocorrência de agressão sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Agressão Sexual; Contextos Festivos; Substâncias Psicoativas; Crenças; Routine Activities Theory.

Abstract

The scientific community has been developing research around the phenomenon of sexual assault, trying to identify its prevalence and incidence, proposing and debating explanatory models. This scientific interest is related to the numerous repercussions on the victims and on society.

This work aims to understand how sexual assault is present in festive contexts and how these contexts may affect their presence. Psychoactive substances use is noteworthy, not only due to its intrinsic relationship with these contexts, but also by its association with sexual assault. We opted for a quantitative methodology, collecting data through an online questionnaire divided into five parts. Part I relates to questions about the frequency of festive contexts, psychoactive substance use and sociodemographic characteristics. Part II attempts to understand the prevalence of different types of sexual assault in festive contexts and related substance use. Part III is related to the perception of involvement in the sexual assault. Part IV is the application of the Sexual Violence Beliefs Scale. Finally, Part V measured beliefs about psychoactive substance use and sexual assault. The sample includes 245 subjects aged between 18 and 64 years, which 198 were females and 47 were males.

It was concluded that sexual assault is a very significant phenomenon in the portuguese festive context, highlighting the presence of less “severe” sexual assault, as “kissing against their will” (41.6%) or “rubbing into another person against their will” (71.4%), although some “severe” sexual aggressions were noted, as “try to penetrate against their will” (9.2%).

We have found, as well, a high presence of psychoactive substance use in these contexts and specific associations between contexts, use of psychoactive substance and sexual assault. This study allows us to understand the way in which some beliefs present in the society and contextual factors are related, contributing to a higher probability of sexual assault to occur.

KEY-WORDS: Sexual Assault; Festive Contexts; Psychoactive Substances; Beliefs; Routine Activities Theory.

Résumé

Depuis plusieurs années, la communauté scientifique a développé investigations sur le phénomène de l'agression sexuelle, étudiant la prévalence et l'incidence de ce phénomène et discutant des modèles explicatifs. Cet intérêt devient des profondes répercussions de ce crime pour les victimes et pour la société.

Cette étude souhaite comprendre les manifestations de l'agression sexuelle dans les contextes festifs et la façon comme ces contextes peuvent influencer leur occurrence. La consommation de substance psychoactives a des liens très forts avec des contextes festifs ainsi que des liens avec l'agression sexuelle. Nous avons choisi une méthodologie quantitative, en procédant à une récolte de donnée sur ce phénomène à partir d'un questionnaire on-line, divisé en cinq sections. Dans la Section I, on pose des questions sur la fréquence de contextes festifs, sur la consommation de substances psychoactives et sur les caractéristiques sociodémographiques des participants. La Section II souhaite comprendre la prévalence des différents types d'agressions sexuelles dans les contextes festifs et les consommations associés. La Section III correspond à la perception de la participation dans les agressions sexuelles. À la Section IV ont fait l'application d'une Échelle de Croyances sur la Violence Sexuelle (Martins, Machado, Abrunhosa e Manita, 2012). À la Section V on analyse les croyances sur les consommations et sur l'agression sexuelle. L'étude comprendre un échantillon de 245 personnes, 198 du sexe féminine et 47 du sexe masculin. Les âges sont compris entre 18 et 64 ans.

Nous avons conclu que l'agression sexuelle est un phénomène avec une expression significative dans les contextes festifs portugais, surtout les agressions sexuelles considérée moins grave, telles que "baiser contre sa volonté" (41.6%) ou "frotter sur une autre personne contre sa volonté" (71,4%), mais nous avons pu observer aussi des agressions très graves, notamment la "tentative de pénétration contre sa volonté" (9.2%). Les niveaux de consommation de substances psychoactives sont élevés dans ces contextes et ont des associations spécifiques avec certains agressions. Cette étude nous a permis aussi de comprendre la façon comment certaines croyances présentes dans la société et facteurs contextuels et situationnelles s'entrecroisent, favorisant l'augmentation de la probabilité d'occurrence d'une agression sexuelle.

MOTS-CLÉS: Agression Sexuelle; Contextes Festifs; Substances Psychoactives; Croyances; Routine Activities Theory.

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento Teórico.....	2
1.1. Agressão Sexual.....	2
1.2. Crenças sobre Agressão Sexual	4
1.3. Contextos Festivos.....	6
1.4. Substâncias Psicoativas	14
1.4.1 Álcool	15
1.4.2. SPAs ilícitas.....	18
1.5. Expectativas e crenças sobre as SPAs	21
II. Método.....	22
2.1. Objeto e Objetivo.....	22
2.2. Metodologia.....	22
2.3. Método de Recolha de Dados	23
2.4. Amostra	26
2.5. Caracterização da Amostra	26
2.6. Análise de Dados	27
III. Resultados	29
3.1. Frequência de agressão sexual.....	29
3.2. Caracterização	30
3.3. Caracterização dos consumos e da sua presença nas diferentes situações de agressão sexual 32	
3.4. Associações consoante o envolvimento na agressão	35
3.5. Crenças associadas à agressão sexual.....	36
IV. Discussão dos dados e conclusões	38
Referências Bibliográficas	46
Anexos.....	51

Índice de Anexos

Anexo A. Questionário	52
Anexo B Área de Formação/Trabalho	63
Anexo C. Local de Residência por Distrito	64
Anexo D. Local de Residência das Pessoas Vitimizadas	65
Anexo E. Área de Formação/Trabalho das Pessoas Vitimizadas	66
Anexo F. Área de Formação/Trabalho de Residência das Pessoas que Agrediram	67
Anexo G. Designação dada aos tipos de Agressão Sexual e itens do questionário correspondentes	68

Índice de Quadros

Tabela 1. Frequências de consumo de pessoas que agrediram na situação “Beijar contra a vontade” por SPA	32
Tabela 2. Frequências de consumo de pessoas que foram alvos de agressão na situação “Beijar contra a sua vontade” por SPA	33
Tabela 3. Frequências de consumos de pessoas que agrediram na situação “Roçar contra a sua vontade” por SPA	34
Tabela 4. Frequências de consumos de pessoas vitimizadas na situação “Roçar contra a sua vontade” por SPA	34

Lista de Abreviaturas

AS	Agressão Sexual
CF	Contextos Festivos
CP	Código Penal
ECCAS	Escala de Crenças sobre o Consumo na Agressão Sexual
ECVS	Escala de Crenças sobre Violência Sexual
OMS	Organização Mundial de Saúde
RAT	Routine Activities Theory
SES	Sexual Experience Survey
SNC	Sistema Nervoso Central
SPA	Substância Psicoativa
FPCEUP	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Introdução

A Agressão Sexual (AS) é um problema complexo que tem vindo a adquirir crescente visibilidade social e crescente destaque na comunidade científica (Grubb & Turner, 2012; Mustaine & Tewksbury, 2002), em particular nas ciências sociais. Produzir conhecimento científico sobre este fenómeno revela-se fundamental por inúmeros motivos, considerando principalmente as consequências pessoais resultantes destes processos de vitimação, mas sem esquecer, contudo, as consequências ao nível social e económico (World Health Organization, 2012).

Apesar de este tipo de agressão ter cada vez maior visibilidade, a investigação realizada neste domínio está longe de abranger toda as vertentes e a multidimensionalidade do fenómeno. Através de uma revisão de literatura constatou-se que a investigação acerca da AS em Contextos Festivos (CF), sobretudo no que diz respeito à realidade portuguesa, é muito escassa, apesar de haver já investigação internacional relevante sobre as agressões perpetradas nestes contextos, associada aos consumos de Substâncias Psicoativas (SPAs) (Becker & Tinkler, 2015; Kavanaugh, 2013).

Decidimos entrecruzar as características dos contextos festivos, do consumo voluntário de SPAs e da agressão sexual com intuito de encontrar algumas pistas que nos permitissem compreender melhor o fenómeno no contexto português. Decidiu-se, ainda, tentar perceber que crenças estão subjacentes à AS, devido à importância que as mesmas assumem na compreensão do fenómeno, tendo em conta o seu papel na legitimação, manutenção e perpetração destes comportamentos. Neste sentido, falar-se-á das crenças inerentes aos consumos de SPAs, à agressão sexual e por sua vez aos CFs, na sua interação com as influências ambientais (Parks & Miller, 1997; Rhodes, 2002), com o auxílio da *Routine Activities Theory* (Kavanaugh, 2015; Mustaine & Tewksbury, 2002).

O principal objetivo deste trabalho é aumentar o conhecimento sobre a AS na realidade portuguesa e a sua interação com fatores contextuais, consumos e crenças. Acredita-se que o presente estudo contribuirá para o aumento do conhecimento sobre este fenómeno em Portugal, o que poderá, paralelamente, contribuir para um apoio mais eficaz e proteção às pessoas vitimizadas, num funcionamento mais adequado do sistema de justiça e na implementação de medidas preventivas que poderão antever e evitar a ocorrência deste tipo de violência em contextos festivos.

I. Enquadramento Teórico

1.1. Agressão Sexual

A Agressão Sexual (AS) inclui uma vasta gama de comportamentos sexuais praticados contra a vontade das pessoas vitimizadas, não havendo uma definição consensual do fenómeno. Neste estudo considerou-se pertinente conceptualizar a AS recorrendo à definição de violência sexual da World Health Organization (WHO, 2012):

“any sexual act, attempt to obtain a sexual act, unwanted sexual comments or advances, or acts to traffic, or otherwise directed, against a person’s sexuality using coercion, by any person regardless of their relationship to the victim, in any setting” (p.149)¹

O enquadramento jurídico-legal para a AS de adultos, consoante a definição usada neste estudo, está previsto no Código Penal (CP) português no Livro II Parte Especial, capítulo V, Dos Crimes Contra a Liberdade e Autodeterminação Sexual, secção I Crimes Contra a Liberdade Sexual, nomeadamente nos artigos 163.º, 164.º, 165.º e 170.º. Estes artigos correspondem à coação sexual, violação, abuso de pessoa incapaz de resistência e importunação sexual, respetivamente.

No Decreto-lei nº 83/2015 de 5 de agosto da Assembleia da República (2015), o artigo 163º do CP, coação sexual, circunscreve a sua aplicação a:

“1- Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, ato sexual de relevo é punido com pena de prisão de um a oito anos. 2- Quem, por meio não compreendido no número anterior, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar ato sexual de relevo, consigo ou com outrem, é punido com pena de prisão até 5 anos.” (p. 5377).

No Decreto-lei nº 83/2015, de 5 de agosto da Assembleia da República (2015), o artigo 164.º do CP, correspondente à violação, aplica-se a:

“1-Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa: a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos; é punido com pena de prisão de três a dez anos. 2- Quem, por meio não compreendido no número anterior, constranger outra pessoa: a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula,

¹ Qualquer ato sexual, tentativas de obter um ato sexual, comentários ou insinuações sexuais não desejados, atos de tráfico ou dirigidos contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção, por qualquer pessoa, independente de sua relação com a vítima, em qualquer contexto.

coito anal ou coito oral; ou b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos; é punido com pena de prisão de 1 a 6 anos.” (p. 5377).

No Decreto-lei nº 59/2007, de 4 de setembro da Assembleia da República (2007), o artigo 165.º do CP, abuso de pessoa incapaz de resistência, limita a sua aplicação a:

“1 - Quem praticar ato sexual de relevo com pessoa inconsciente ou incapaz, por outro motivo, de opor resistência, aproveitando-se do seu estado ou incapacidade, é punido com pena de prisão de seis meses a oito anos; 2 - Se o ato sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, o agente é punido com pena de prisão de dois a dez anos.” (p. 6227).

No Decreto-lei nº 83/2015, de 5 de agosto da Assembleia da República (2015), o artigo 170.º do CP, importunação sexual, destina-se a:

“Quem importunar outra pessoa, praticando perante ela atos de carácter exibicionista, formulando propostas de teor sexual ou constringendo-a a contacto de natureza sexual, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.” (p.5377).

A legislação portuguesa tem vindo a ser atualizada, no sentido de acomodar os contributos científicos e dos movimentos de direitos humanos, no que diz respeito à AS. Em 2015 realizou-se a trigésima oitava alteração ao Código Penal em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul de 2011, cujo objetivo principal visou a implementação de medidas que contribuíssem para erradicar a violência e a discriminação contra as mulheres, promovendo a igualdade de género. Neste sentido, quase todos os artigos considerados de relevância para a definição de AS por nós adotada alteraram-se em 2015, com exceção do artigo 165.º.

Observando a evolução da lei portuguesa, verifica-se que as diferentes formas de AS estão progressivamente a ganhar visibilidade na lei. Através do aumento do tempo de pena e de definições mais abrangentes e inclusivas, podemos observar um agravamento da seriedade com que se encara estes fenómenos.

Ao nível científico é possível, também, perceber uma evolução da noção de AS. Através de uma breve análise da evolução do Sexual Experience Survey (SES), um dos instrumentos mais usados na investigação nesta área, poder-se-á observar as mudanças na perceção deste fenómeno. O SES foi criado no fim dos anos 70, publicado em 1982, sendo revisto em 1987 e em 2007. Muitos autores, porém, fizeram várias adaptações, de modo a que pudesse acompanhar a evolução do conceito (Koss et al., 2007). No primeiro artigo do SES em 1982, Koss e Oros começaram por definir o *continuum* de AS, desde relações sexuais realizadas através de coerção verbal e através da ameaça do uso de força, a relações sexuais realizadas sem o consentimento da vítima, através do uso de força,

sendo que este último se consideraria violação (Koss & Oros, 1982). Por sua vez, na última revisão, realizada em 2007, o conceito de AS é tornado mais inclusivo. O SES de 2007 não utiliza pronomes de género, nem termos como violação, ao invés, especifica descrições comportamentais tanto de atos como de táticas usadas pelos agressores (Koss et. al, 2007). Apesar de na primeira investigação haver uma referência à noção de contacto sexual, com as alterações de 2007 passou-se a especificar atos como acariciar, beijar ou roçar contra as áreas privadas de uma pessoa, nomeadamente, lábios, peito ou mamas, virilha ou rabo, ou remover algumas das roupas sem o consentimento da pessoa e sem tentativa de penetração sexual (idem). Expandiu-se igualmente o conceito de coerção verbal, podendo usar coerção positiva, neutra e negativa (idem).

É possível observar, igualmente, uma maior aproximação à realidade no que diz respeito à relação entre o consumo de álcool e a AS. As afirmações do questionário passaram, assim, a incluir circunstâncias onde houvesse consumo voluntário, táticas de incapacitação, pressão para consumir com o intuito de baixar a inibição e de incapacitar a pessoa para que a mesma não pudesse impedir o que estivesse a acontecer ou aproveitando a oportunidade do consumo voluntário para agredir pessoas incapacitadas ou até inconscientes (idem).

Apesar de haver uma evolução na conceptualização, em que consiste e o que delimita a AS, a nível científico e legal, as investigações atuais estão longe de terem esgotado a sua compreensão sobre a realidade atual da AS, sendo a ampliação do conceito apenas o primeiro passo. É relevante, também, constatar que a definição de AS não é consensual, nem ao nível científico, nem ao nível da legislação dos diferentes países (Grubb & Turner, 2012; WHO, 2012).

1.2. Crenças sobre Agressão Sexual

Ao falar-se de AS, ou ao falar exclusivamente de violação, termo com maior investimento ao nível da investigação científica nesta temática, existem vários pressupostos que permitem que os julgamentos feitos em relação ao que se considera ser ou não AS sejam enviesados, consoante encaixem melhor ou pior numa noção preconcebida do que é uma “Violação Típica” (Anderson, 2007; McKimmie, Masser, & Bongiorno, 2014). Neste sentido, uma Violação Típica é percebida como um ato de cariz sexual cometido por um estranho que se concretiza num ataque repentino num espaço

público deserto (Anderson, 2007; McKimmie et al., 2014). Relativamente à vítima, esta seria do sexo feminino, teria um caráter e uma reputação sexual exemplar, assim como uma razão legítima para estar onde estava na altura da agressão (Gilmartin-Zena, 1983; Howard, 1984; Johnson & Jackson, 1988; Williams, 1984; Wyer, Bodenhausen & Gorman, 1985, citados por Anderson, 2007).

Investigações feitas neste sentido mostram que as instâncias que têm influência no processo de decisão legal e que entram em contacto com a pessoa vitimizada, tal como forças policiais, juizes, médicos e advogados, têm maior ou menor dificuldade em tecer julgamentos sobre se o caso corresponde a uma AS ou não, conforme se afaste ou se aproxime deste protótipo criminal (Anderson, 2007; McKimmie et al., 2014). Os casos são considerados como mais fortes ou mais fracos, por estas mesmas instâncias, consoante a probabilidade de ser decidido um veredito favorável, tendo em conta o quanto se aproxima da noção de Violação Típica (idem). Inclusive as próprias pessoas vitimizadas têm mais dificuldade em descrever a sua situação caso esta não se aproxime desta noção (Anderson, 2007).

Ao decompor o esquema cognitivo rígido e demasiado simplificado da “Violação Típica”, é possível perceber que existe uma imagem prototípica do autor, da vítima e do ato (McKimmie et al., 2014). Vários estudos têm tentado perceber quais os fatores que influenciam a perceção da violência como tendo maior ou menor credibilidade e, consequentemente, quais os que contribuem para a responsabilização em maior ou menor medida da pessoa vitimizada e da pessoa que agrediu, sendo que, na maioria das vezes, a atribuição de culpa a um lado diminui a culpa atribuída ao outro. Estes fatores passam pela respeitabilidade e caráter da pessoa vitimizada (Grubb & Harrower, 2008; Whatley, 1996) pela sua castidade e/ou se teve atividade sexual prévia (Grubb & Harrower, 2008; McKimmie et al., 2014), se, implicitamente, é percebida como permissiva ou promíscua (Monson, Langhinrichsen-Rohling, & Binderup, 2000) ou como provocadora (Grubb & Harrower, 2008; McKimmie et al., 2014), se usa roupa provocante ou não (Grubb & Harrower, 2008; Whatley, 1996), se tiver consumido álcool ou se estiver intoxicada (Grubb & Harrower, 2008; McKimmie et al., 2014; Whatley, 1996), se demorar a apresentar queixa (McKimmie et al., 2014) e se não aparentar estar emocionalmente traumatizada (idem).

McKimmie e colaboradores (2014) afirmam que as “boas vítimas”, nomeadamente as que demonstram estar em sofrimento e querer ajuda, recebem mais apoio ao nível da saúde física e mental por parte dos sistemas de saúde. Outro fator que contribui para estas

atribuições é o género: aos homens vitimizados é atribuída mais culpa comportamental, devido a assunções sobre a masculinidade, força, assertividade, dever de lutar e reagir, sendo que, ao resistirem, são significativamente menos culpabilizados (van der Bruggen & Grubb, 2014). Não é, contudo, só nos homens que o fator resistência é importante, vários estudos têm vindo a encontrar que a resistência da vítima é tida em conta quando se fala de atribuição de responsabilidade/culpabilização ou da credibilidade da pessoa vitimizada (Anderson, 2007; Grubb & Turner, 2012; McKimmie et al., 2014; Monson et al., 2000; van der Bruggen & Grubb, 2014; Whatley, 1996).

Na noção de resistência estão implícitas crenças sobre o uso de força física por parte da pessoa que agrediu e sobre estereótipos de género: a mulher vítima é fisicamente mais fraca que o homem agressor, logo, apesar de tentar resistir, não tem meios para fazê-lo (McKimmie et al., 2014). Por sua vez, se resistiu à força física usada pelo agressor, terá marcas no corpo que indicarão que tentou resistir, aumentando assim a credibilidade e diminuindo a sua responsabilização (Anderson, 2007; McKimmie et al., 2014; van der Bruggen & Grubb, 2014). A relação com a pessoa que agrediu é, igualmente, um fator que tem peso na atribuição de responsabilidade e de credibilidade, embora exista alguma falta de concordância acerca deste fator. Alguns investigadores acreditam que esta falta de concordância se deve às diferenças entre os cenários presentes nas diferentes investigações (McKimmie et al., 2014). Assim sendo, se a pessoa que agrediu for desconhecida da pessoa vitimizada, a agressão tende a ser mais valorizada e tida como verdadeira, caso contrário, tende-se a minimizar a agressão e a culpabilizar ou a descredibilizar a pessoa vitimizada (Anderson, 2007; Grubb & Turner, 2012; McKimmie et al., 2014; van der Bruggen & Grubb, 2014; Whatley, 1996).

1.3. Contextos Festivos

Os contextos festivos (CFs) são locais que se apresentam como alternativa à vida quotidiana, no sentido em que contrastam com um ambiente formal, onde é exigido que se esteja continuamente a produzir e onde as relações existentes são pré-estipuladas (Lombo, Apóstolo, Mendes & Campos, 2011). Os jovens são um dos grupos sociais com mais presença nestes espaços de lazer e diversão, onde o espaço noturno entra em rutura com a vivência diurna (Chaves, 2003). No início da década de 80 surge uma cultura juvenil da dança, que se desenvolveu em torno da música eletrónica com batida forte, de

feita e de consumos de SPAs (Calado, 2006; Martins, Valente, & Pires, 2015). Esta cultura manifesta-se através de valores presentes nas festas e discotecas, valores de liberdade, hedonismo, afirmação, integração e comunicação, que resultam num clima único (Henriques, 2003). No presente estudo operacionalizou-se a noção de contextos festivos como espaços de diversão e lazer que comportem estes princípios e que se oponham às vivências e experiências quotidianas, incluindo discotecas, festivais de verão, festas (festas *rave*, festas *tecno*, festas *trance*, festas académicas e festas populares) e bares.

Algumas investigações internacionais têm sido conduzidas no sentido de caracterizar a dimensão da AS nestes contextos, seguindo, por norma, duas tendências: a primeira coloca o foco nos consumos (Abbey, 2011; Monk & Jones, 2014) e a segunda coloca o foco na interação com os fatores ambientais (Fox & Sobol, 2000; Kavanaugh, 2015; Schwartz & Pitts, 1995). Neste capítulo abordaremos a interação dos fatores ambientais, onde o consumo de SPAs será interpretado na sua interação com o social, ou seja, tendo em conta as expectativas sobre o consumo e a influência dos CFs nestas expectativas e não consoante os seus efeitos.

Existem agressões sexuais, como “apalpões” e toques sexuais indesejados, que são minimizadas se acontecerem em determinados contextos (Fox & Sobol, 2000; Kavanaugh, 2013). A maioria das agressões que acontecem nestes contextos não encaixa nos critérios que são usados para definir um crime sexual “sério”, como seria o caso de violação e tentativa de violação (Kavanaugh & Anderson, 2009). Apesar de muitas investigações se concentrarem nos consumos de SPAs, negligenciando a cultura e os fatores contextuais onde decorre esse consumo, existem estudos que têm tentado perceber de que forma é que os ambientes, contextos e espaços físicos e sociais interagem, de modo a aumentar ou diminuir o risco da AS (Kavanaugh & Anderson, 2009; Mustaine & Tewksbury, 2002).

A Routine Activities Theory (RAT) tem sido uma das lentes utilizadas para compreender o fenómeno da AS (Fox & Sobol, 2000; Kavanaugh, 2015). A teoria de Cohen e Felson (1979) pretende perceber de que forma as situações e lugares interagem com características individuais e com determinados comportamentos no sentido de aumentarem a probabilidade de crime (Schwartz & Pitts, 1995). Neste sentido, considera-se o local como causa do crime, tendo-se em conta três fatores: presença de possíveis agressores, ausência de guardiães capazes ou de proteção e disponibilidade de alvos adequados (Mustaine & Tewksbury, 2002). Esta abordagem pretende aumentar a

compreensão do fenómeno, tendo em conta que existem certos estilos de vida que influenciam a probabilidade de ocorrência de uma agressão. Ou seja, consoante se adote certos padrões regulares em relação a situações e lugares, em que há interação entre determinadas características das situações e dos lugares e determinadas características dos indivíduos, poderá haver uma maior ou menor probabilidade de vitimização (idem).

Neste sentido, é necessário ter em atenção as características sociodemográficas dos indivíduos envolvidos na agressão, pois estas têm influência em várias vertentes que interagem com cada um dos três fatores da RAT e consequentemente com os estilos de vida. Os dados sociodemográficos permitem estabelecer uma relação entre tipos de atividades mais comuns, consoante a idade, género ou etnia, de modo a saber que estilo de vida uma pessoa adota, padrões de consumo e tempo de exposição a possíveis ambientes e interações sociais que aumentem o risco de agressão e vitimização (Fox & Sobol, 2000). Os tipos de atividades permitirão perceber quais os padrões habituais de consumo e de interação social e que tipo de proteção formal é que está disponível nos locais frequentados (idem). No caso particular da AS, tendo em conta que é percebida como uma agressão inter-género, onde a pessoa vitimizada é, na maioria dos casos, mulher e a pessoa que agrediu homem (Mustaine & Tewksbury, 2002), o papel de género tem influência nos mitos, crenças e perceções subjacentes à agressão (Buddie & Parks, 2003; Kavanaugh, 2013; Schwartz & Pitts, 1995).

Enquanto o estilo de vida tem influência em relação à exposição a potenciais agressores, as características que definem um alvo como mais adequado estão profundamente relacionadas com o contexto social mais amplo (Mustaine & Tewksbury, 2002). Ao considerar o fator “alvo provável” desta abordagem tripartida conseguir-se-á perceber porque é que umas pessoas têm mais probabilidade de serem vitimizadas do que outras, quais as características sociais e dos seus estilos de vida que contribuem para aumentar este risco (Fox & Sobol, 2000). Em primeiro lugar, tendo em conta uma das particularidades da AS, ser-se mulher é o primeiro fator para se enquadrar na categoria de alvo provável, principalmente no que diz respeito a mulheres mais jovens (Mustaine & Tewksbury, 2002).

O risco de vitimização pode aumentar ao consumir quantidades elevadas de álcool (Buddie & Parks, 2003; Kavanaugh & Anderson, 2009; Schwartz & Pitts, 1995) ou ficar intoxicado (Parks & Miller, 1997), embora existam estudos que indicam que o consumo, independentemente da quantidade, é um fator de risco (Mustaine & Tewksbury, 2002) e que frequentar um bar, sem considerar o consumo, aumenta a probabilidade de

vitimização sexual (idem). Por sua vez, existem alguns estudos onde se verificou que as mulheres consomem mais álcool num bar do que noutros cenários (Parks & Miller, 1997), inferindo uma relação entre o contexto do bar e o consumo de álcool. A frequência com que se consome álcool, assim como, onde e com quem (Schwartz & Pitts, 1995), o tempo passado no bar (Buddie & Parks, 2003; Parks & Miller, 1997; Schwartz & Pitts, 1995), o consumo de substâncias ilícitas (Kavanaugh & Anderson, 2009; Mustaine & Tewksbury, 2002), ser mulher e sair sozinha do bar (Fox & Sobol, 2000), ser mulher e sair muitas vezes de noite (idem), ser frequentadora de um número elevado de discotecas (Mustaine & Tewksbury, 2002), ser mulher e entrar e sair dos locais, assim como, falar com pessoas que se conhece pouco (Buddie & Parks, 2003), são outros fatores que interagem no sentido de potenciar o risco de vitimização sexual. Apesar de o fator álcool ter elevada concordância nos estudos como preditor de vitimização, uma investigação de Mustaine e Tewksbury (2002) constatou que o uso de drogas em público, assim como o ato de comprar, poderia corresponder a um estilo de vida com maior influência sobre o risco de uma mulher ser agredida do que o álcool.

A diferença entre esta perspetiva de compreensão de fatores contextuais e a que será abordada no próximo capítulo é que não se pretende focar tanto nos consumos *per se*, ou seja, diretamente nas substâncias, efeitos e prevalências, mas nas perceções construídas acerca do consumo e no modo como os diferentes fatores ambientais e sociais influenciam estes consumos, estas perceções e a vitimização sexual. Neste sentido, encontrou-se na literatura que as mulheres que se encontram sob o efeito de substâncias são percebidas como mais sexualmente disponíveis ou promíscuas (Buddie & Parks, 2003; Mustaine & Tewksbury, 2002) e mais vulneráveis à vitimização (idem), sendo assim consideradas alvos mais prováveis. Da mesma forma, existe a crença de que uma mulher que fale com muitos desconhecidos é responsável pela sua vitimização (Buddie & Parks, 2003), resultando, não só no aumento da probabilidade de entrar em contato com diferentes atores motivados, como no uso desta crença para legitimar e desresponsabilizar quem agride. Alguns estudos encontraram que os homens embriagavam as mulheres propositadamente com o objetivo de ter sexo com as mesmas, de forma a impedir que resistissem aos seus avanços sexuais (Mustaine & Tewksbury, 2002; Schwartz & Pitts, 1995).

Apesar de se considerar que é necessário haver agressores motivados para que ocorra agressão, nesta perspetiva, o agressor não é, necessariamente, o elemento mais importante da agressão. Existem, assim, condições sociais, físicas, ambientais e culturais

que permitem que a pessoa que pretende agredir avalie o risco e aja consoante essa avaliação, ou seja, que diferentes fatores criem o que é considerado uma oportunidade predatória criminal (Fox & Sobol, 2000). Isto não implica que a pessoa que agride seja desresponsabilizada pelos seus comportamentos, mas sim que, se não houver oportunidade, o crime não ocorrerá (Mustaine & Tewksbury, 2002). Simultaneamente assume-se que existem fatores físicos e sociais que poderão potenciar atividades agressivas e atrair pessoas motivadas para a agressão (Fox & Sobol, 2000). Alguns dos fatores sociais que contribuem para a probabilidade de uma pessoa agredir em contextos festivos são o ser-se homem (Fox & Sobol, 2000; Kavanaugh, 2013; Mustaine & Tewksbury, 2002), jovem (Buddie & Parks, 2003; Fox & Sobol, 2000), solteiro (Fox & Sobol, 2000), ter consumos elevados de álcool (Parks & Miller, 1997; Schwartz & Pitts, 1995), ou apenas consumos de álcool (Fox & Sobol, 2000) e/ou de substâncias ilícitas (Mustaine & Tewksbury, 2002), sair até tarde (Schwartz & Pitts, 1995) e estar nestes contextos em grupo (Mustaine & Tewksbury, 2002).

Apesar de não se negar os efeitos psicoativos do álcool, encontrou-se que o álcool age mais com base no efeito percebido do que no efeito real da substância e que serve muitas vezes como justificação para o comportamento de agressão (Schwartz & Pitts, 1995). Conceptualiza-se que, nos contextos festivos, exista uma adesão a papéis tradicionais de género (Kavanaugh & Anderson, 2009), onde se espelham as construções normativas de género (Kavanaugh, 2013), assentes numa cultura patriarcal que normaliza a violência contra as mulheres (Mustaine & Tewksbury, 2002; Schwartz & Pitts, 1995). Ao ter-se em conta que os comportamentos não acontecem no vácuo e reconhecendo que as pessoas agem consoante os valores apoiados e validados pela cultura ou subcultura onde se inserem (Mustaine & Tewksbury, 2002), é possível perceber a influência de valores macro acerca das diferenças de género no fenómeno. Nestes contextos, a sexualidade masculina é encarada com competitividade, sendo que uma das formas de se “ganhar pontos” neste campo é através da conquista sexual (Kavanaugh, 2013; Mustaine & Tewksbury, 2002), contrastando, por sua vez, com a sexualidade feminina, onde são privilegiados valores tradicionais de passividade e recato (Kavanaugh, 2013). Estas noções interagem, por sua vez, com os fatores de risco para a vitimação supramencionados e com as crenças de responsabilização mencionadas no subcapítulo anterior, se tivermos em conta que estes desafiam uma noção tradicional de sexualidade feminina (idem).

Assim sendo, o CF com as suas normas e rotinas distintas e assumidas como normativas comporta fatores que, ao se intercalarem, propiciam a AS, podendo ser considerado um *hot spot* criminal para este tipo de agressão (Fox & Sobol, 2000; Kavanaugh & Anderson, 2009). Um *hot spot* criminal é o produto de condições ambientais originadas pela conjugação entre características individuais e físicas dos ambientes e o uso da propriedade e o cenário legal e policial, de modo a que, os padrões normativos de movimento, aumentem a oportunidade de que ocorra um crime (Mustaine & Tewksbury, 2002).

Cavan (1966, citado por Fox & Sobol, 2000) afirmou que os bares são “regiões abertas onde encontros e conversações assumem um sabor diferente e onde as normas que existem em alguns cenários diferem substancialmente de outros”² (p. 431). Neste sentido, os próprios contextos festivos variam entre si, possuindo fatores que poderão atenuar ou potenciar a probabilidade de haver AS, como iremos demonstrar com as diferenças entre os contextos *mainstream* e *underground*. Alguns fatores que contribuem para esta probabilidade, embora possam estar enraizados na própria estrutura macrosocial, estão relacionados com o cenário físico e social imediato, como, por exemplo, iluminação (Parks & Miller, 1997), espaço e disposição espacial (Fox & Sobol, 2000; Kavanaugh, 2013; Kavanaugh & Anderson, 2009;), capacidade do local e sobrelotação (Fox & Sobol, 2000; Kavanaugh & Anderson, 2009), uso de promoções de bebidas (Fox & Sobol, 2000; Kavanaugh, 2013; Kavanaugh & Anderson, 2009), adereços de entretenimento e temáticas orientadoras do evento centradas à volta do sexo e do álcool (Kavanaugh, 2013, 2015; Kavanaugh & Anderson, 2009;), atmosfera social e *vibe* do evento (Fox & Sobol, 2000; Kavanaugh, 2013; Kavanaugh & Anderson, 2009).

A organização física e social do espaço interfere com o fator “proteção adequada” da tríade da RAT. Assim, um local sobrelotado e pouco iluminado dificultará, não só a circulação do *staff* de segurança, como a identificação de quem agrediu (Kavanaugh, 2015). A organização espacial do lugar, como, por exemplo, a existência de vários andares, escadas, recantos, lugares escondidos e caves, dificulta o controlo que os responsáveis pela segurança poderiam ter (Kavanaugh & Anderson, 2009). Existem ainda outros fatores específicos dos locais que influenciam a capacidade de garantir segurança aos frequentadores. Por exemplo, observou-se que o estilo de segurança na maioria dos

² “as open regions where encounters and conversations take on a different flavor and where norms that exist in some settings differ substantially in others”.

eventos comerciais era mais distante e punitivo do que o dos eventos *underground* (idem). Por vezes, os pedidos de ajuda ou queixas são ignorados pelo *staff* destes contextos (Fox & Sobol, 2000). Crê-se que isto pode dever-se parcialmente à presença das normas e valores implícitos nos contextos e, em último caso, na sociedade, que legitimam este tipo de agressão, sendo que o *staff* do bar não sente, por sua vez, necessidade de intervir na situação (Schwartz & Pitts, 1995).

Como referido anteriormente, estes contextos são hiper sexualizados, existindo assim, uma atmosfera cultural que normaliza contatos sexuais indesejados (Kavanaugh, 2013; Kavanaugh & Anderson, 2009). Contudo, existe uma multiplicidade de contextos que podem ser categorizados pelo que se denomina de *vibe*, consoante as normas, expectativas, marcadores de identidade, padrões de interação e outros comportamentos do contexto ou do evento (Kavanaugh & Anderson, 2009). Os locais mais comerciais têm, por norma, uma *vibe* intensamente sexualizada, heteronormativa, onde os *engates* são vistos como uma forma de obter estatuto e as mulheres são percebidas como conquistas sexuais (Kavanaugh, 2013). Por sua vez, os locais considerados *underground* têm uma *vibe* mais intimista, onde se prioriza a preferência musical e conversas inteligentes (Kavanaugh & Anderson, 2009). Alguns estudos verificaram que as mulheres se sentiam mais confortáveis nas cenas *underground* porque não sentiam tanto assédio sexual e não consideravam que certos fatores, como o consumo de álcool, fossem cruciais na equação do risco, sentindo que as atitudes em relação às mulheres e ao seu consumo de SPAs eram mais bem aceites (Hutton, 2004). É importante não esquecer, porém, que, mesmo dentro das cenas *underground*, existem diferentes atmosferas sociais e, consequentemente, diferentes variações destes fatores e percepções (Lopes, Bóia, Ferro, & Guerra, 2010).

A maioria dos eventos comerciais encoraja o consumo de álcool através de promoções de bebida e de temas de eventos aliados ao sexo e ao álcool (Kavanaugh & Anderson, 2009). É possível observar a estrutura altamente sexualizada em que estes consumos assentam, tanto em noites especiais como as *ladies night*, como em noites em que há promoções ou ofertas de bebidas (Kavanaugh & Anderson, 2009). Este fetichismo da mulher através do álcool é observável através de vários fatores de contexto, como, por exemplo, as *bartenders* vestirem-se de forma provocadora enquanto oferecem *shots*, tal como as dançarinas (Kavanaugh, 2015; Kavanaugh & Anderson, 2009). O DJ, por seu turno, incentiva o consumo de álcool e normaliza o consumo elevado, ao mesmo tempo

que instiga comportamentos sexuais, como é possível ver no exemplo dado por Kavanaugh e Anderson (2009):

“I want to see some big-ass boobies up here right now. If you got big ol’ boobies get your ass up here now.” (p. 705)³

O consumo de álcool parece ter, assim, um papel importante na vitimização sexual. Ao atribuir uma conotação sexual ao álcool e ao institucionalizar rituais de dominância masculina, a organização social destes eventos reproduz a desigualdade entre homens e mulheres, trivializando experiências de vitimação e risco (Kavanaugh, 2015; Kavanaugh & Anderson, 2009).

As mulheres que frequentam estes contextos antecipam que podem confrontar-se com uma considerável quantidade de agressão (Kavanaugh, 2015; Parks & Miller, 1997) e aceitam estes comportamentos como inevitáveis, por ocorrerem naquele contexto (Kavanaugh, 2013), encarando-os de forma distinta do que fariam se fosse noutro contexto, como podemos ver num excerto de uma entrevista de Kavanaugh (2015):

“I handled it in a different way because we were at a club. I gave him more leeway because of the setting” (p. 465)⁴

Estando cientes desta realidade, as mulheres adotam estratégias de gestão de risco individual, ou seja, passam a adotar comportamentos que noutras situações não teriam, por sua vez, modificando os que teriam de modo a não serem vitimizadas (Kavanaugh & Anderson, 2009). Alguns exemplos destes comportamentos são andar em grupo e adotar estratégias de proteção com os pares, impor limites nos consumos, recusar bebidas de pessoas que não conhecem, pois isso seria interpretado como uma forma de avanço sexual ou permissividade, e vigiar a bebida com receio de que tentem drogá-las involuntariamente (idem). Quando as mulheres são agredidas sexualmente tendem a responsabilizar-se pela sua vitimização ou por não terem adotado estes comportamentos, ou porque poderiam ter agido melhor (Kavanaugh, 2013). Estas conceções generalizam-se a outras mulheres, justificando a agressão muitas vezes com os comportamentos inapropriados da pessoa vitimizada, existindo inclusivamente uma distinção entre as “vítimas verdadeiras” e as que mereciam a violência sofrida (idem). Os resultados destes vários estudos são pertinentes pois permitem elucidar sobre a forma como os valores e as

³ “Quero ver já rabos grandes e mamas aqui em cima. Se tens grandes mamas mexe o teu rabo até aqui”.

⁴ . “Eu lidei com isso de maneira diferente, porque estava numa discoteca. Dei-lhe mais abêbia por causa do contexto” (Madie-b20) entrevistada de Kavanaugh (2015).

normas subjacentes aos contextos festivos influenciam a AS e o quão normalizada esta violência está nestes contextos.

1.4. Substâncias Psicoativas

Estima-se que entre metade a dois terços das agressões sexuais envolvam álcool (Abbey, 1991; Pernanen, 1991, citado por Ullman, 2003). Da mesma forma, Koss (1989, citado por Horvath & Brown, 2006) atestou que 55% das vítimas e 73% dos agressores consumiram álcool ou outras drogas durante a AS.

Numa revisão da literatura encontrou-se que cerca de metade das agressões sexuais são cometidas por homens que consomem álcool (Abbey, Zawacki, Buck, Clinton, & McAuslan, 2004). No imaginário da maioria das pessoas, o conceito de AS facilitada pelo consumo de drogas ou SPAs, remeterá para consumos involuntários destas substâncias, contudo, estes são relativamente raros em comparação com os consumos voluntários (Monk & Jones, 2014).

Não se poderá inferir, porém, uma relação de causalidade baseando-se na prevalência dos consumos de SPAs neste tipo de agressão, visto que existe uma multiplicidade de variáveis na AS, tal como se evidenciou no capítulo anterior. As SPAs presentes na AS podem variar em frequência ou substância consoante as investigações. Olszewski (2009) verificou que as mais presentes seriam as depressoras do Sistema Nervoso Central (SNC), como o álcool, benzodiazepinas e GHB, pela forma como influenciam os comportamentos e a consciência da vítima, assim como as SPAs associadas aos contextos festivos, dando destaque a estimulantes do SNC, incluindo *ecstasy* (MDMA), anfetaminas, cocaína e quetamina. Numa investigação realizada no Reino Unido (Scott-Ham & Burton, 2005), as SPAs mais prevalentes na AS foram, respetivamente, o álcool, a cannabis, analgésicos não opiáceos, cocaína, benzodiazepinas, antidepressivos, sedativos, *ecstasy* e GHB (Olszewski, 2009). Numa investigação norueguesa, de Hagemann e colaboradores (2013), observou-se que, em 264 pessoas vitimizadas do sexo feminino, com idade igual ou superior a 12 anos, e que fizeram testes ao sangue e/ou à urina, 59% tinham SPAs no sangue, 40% destas tinham só etanol, 14% só outras SPAs e 5% tinham ambas. As SPAs mais detetadas foram álcool e SPAs que, usualmente, são de consumo voluntário. Num outro estudo realizado no Reino Unido (Monk & Jones, 2014), 70,3% de 286 pessoas agredidas sexualmente reportaram

consumo de álcool e 31,8% reportaram consumir outras SPAS, sendo que, destas, 56% eram prescritas (antidepressivos, benzodiazepinas e antibióticos), 21% reportaram consumo de cannabis e 11% de cocaína, sendo que só 2% reportaram consumir *ecstasy* e 1% anfetaminas.

1.4.1 Álcool

Entre os estudos apresentados anteriormente, houve concordância num aspeto: o consumo de álcool assume uma posição de destaque perante as outras SPAs no que diz respeito à AS, sendo a que é mais prevalente na agressão e a mais investigada. Num estudo de larga escala, mais de 95% das pessoas vitimizadas que se encontravam num estado mental comprometido relataram terem consumido álcool (Kilpatrick, Resnick, Ruggiero, Conoscenti, & McCauley, 2007, citados por Abbey, 2011).

Os estudos científicos têm verificado sistematicamente que o consumo de álcool prejudica processos motores e processos cognitivos de ordem superior (Abbey, 2011; Leonard, 1989; Peterson, Rothfleisch, Zelazo, & Pihl, 1990). Os processos em questão dizem respeito ao raciocínio abstrato, conceptualização, planeamento, julgamento e resolução de problemas, sendo que uma das possíveis implicações destes processos estarem comprometidos é a forma como o consumidor interpreta as pistas, focando-se nas mais salientes e ignorando as pistas mais abstratas (idem). Conceptualizou-se que as pistas que por norma inibem o comportamento de AS, tais como as consequências futuras, moralidade e empatia pela vítima, poderão ser mais difíceis de adotar se houver consumo de álcool. Por sua vez, as pistas mais proeminentes são as relacionadas com sentimentos de raiva, frustração, excitação sexual, e no sentimento de direito à mulher, principalmente por parte dos homens com propensão para agredir (Abbey, 2002; Abbey 2011; Abbey et al., 2004). A diminuição da ansiedade proveniente do consumo de álcool pode ter influência na agressão, pois diminui-se a ansiedade em relação às consequências que advêm da mesma (Sayete, 1990, citado por Abbey, 2011).

A este registo de priorização das pistas mais proeminentes numa situação em detrimento de pistas mais ambíguas ou subtis chamou-se Teoria da Miopia do Álcool, sendo que a Miopia pode acontecer mesmo com o consumo de “pequenas” doses de álcool (Abbey, 2011; Monk & Jones, 2014). Assim, pressupõe-se que a pessoa que agride está mais focada nas pistas que confirmem a sua intenção sexual e a pessoa vitimizada estará mais focada no prazer que retira da socialização, ignorando as pistas de risco (idem). Num estudo de Loiselle e Fuqua (2007), as mulheres intoxicadas decidiam parar o

comportamento de uma pessoa que agia agressivamente apenas quando já era tarde demais e já havia ocorrido uma AS (Monk & Jones, 2014). Verificou-se ainda que um terço das vítimas alcoolizadas apresentava inibição reduzida, desorientação, julgamento e coordenação diminuídos, sonolência, perdas de memória e inconsciência (idem).

É pouco provável, contudo, que o álcool faça alguém agredir; a pessoa tem de estar motivada para que a agressão aconteça (Ullman, 2003). Alguns homens que agredem sexualmente consomem álcool de forma mais ou menos consciente para justificar o seu comportamento (idem) ou, pelo menos, encontram no seu consumo de álcool uma forma de desresponsabilização para a agressão (Abbey, McAuslan, & Ross, 1998; Ullman, Karabatsos, & Koss, 1999). Existem muitas culturas que aceitam o consumo de álcool como justificação para que se adote comportamentos que não seriam adotados caso não se tivesse consumido, associando-se esse consumo, muitas vezes, à desinibição, desejo sexual e performance sexual, ao correr riscos e à agressão, havendo, então, espaço para que este consumo sirva de justificação (MacAndrew & Edgerton, 1969, citados por Abbey, 2011).

As crenças sobre o consumo, por sua vez, têm muita influência na AS, tanto em relação aos efeitos percebidos na pessoa que agride, como aos efeitos percebidos, crenças e mitos acerca do consumo das pessoas vitimizadas, em particular em relação às mulheres, devido a crenças sobre papéis de género e álcool (Abbey, 2004; Abbey et al., 1998; Ullman, 2003). Uma das crenças encontradas acerca do consumo das mulheres, como se referiu no primeiro subcapítulo, é que uma mulher que beba álcool merece, é mais promíscua, ou “estava a pedir para” ser agredida sexualmente (Abbey, 2004; Abbey et al., 1998). Se de alguma forma, quer devido à incapacidade de processar pistas situacionais por parte de quem agride, quer porque se envolve em algum contato de cariz sexual, a pessoa vitimizada for percebida como provocadora ou como insinuando a possibilidade de uma relação sexual, a pessoa que agride sente-se no direito de a forçar a ter relações sexuais (Abbey et al., 1998). Há homens que acreditam, inclusivamente, que sexo forçado com uma mulher intoxicada não é AS (Monk & Jones, 2014).

O consumo de álcool, devido à sua conjuntura de influências na pessoa que agride, parece aumentar esta crença do direito ao sexo prometido (idem). As pessoas que pretendem agredir provavelmente irão depreciar a pessoa vitimizada no sentido de legitimar a sua agressão, aumentando as crenças, por exemplo, de que esta desfruta da agressão ou de ser magoada (Abbey et al., 2004). O álcool interage com a AS, ainda, em relação à vitimação, sendo que, como evidenciado anteriormente, as pessoas que

consomem álcool são alvos mais alicientes para uma pessoa motivada para agredir, como também, percebidas socialmente como mais responsáveis pela sua agressão.

Num estudo de 2015 constatou-se que o álcool podia produzir uma mudança de atitudes em relação a usar SPAs com o objetivo de incentivar alguém ou aumentar a probabilidade de alguém ter relações sexuais com a pessoa inquirida. Ou seja, quando as pessoas inquiridas consumiram álcool, passou a haver uma atitude mais favorável ao uso de SPAs como meio de obter relações sexuais (Folgar, Rivera, Sierra, & Vallejo-Medina, 2015).

No estudo de Ullman, Karabatsos e Koss (1999) constatou-se que o álcool não interagia significativamente nem com as características da vítima nem com as características do agressor. Não se encontrou, igualmente, nenhuma evidência de que os efeitos desinibidores do álcool se traduzissem numa AS mais severa (idem). Estes resultados não vão ao encontro do que os autores que abordámos no início deste subcapítulo encontraram. Esta investigação não é a única a não encontrar diferenças entre agressores que consumiram e agressores que não consumiram (Abbey & McAuslan, 2004; Horvath & Brown, 2006). Verificou-se que os agressores que consumiram partilhavam crenças e características com os agressores que não consumiram, sendo que o consumo de álcool apenas alterava a escolha de formas de agredir, assim, quanto mais consumiam menos “severa” era a AS (Abbey, McAuslan, & Zawacki, citados por Abbey, 2011). O estudo de Zawacki, Abbey, Buck, McAuslan e Clinton-Sherrod (2003, citados por Abbey, 2011) sugere que não existem muitas diferenças entre os agressores que consomem SPAs e os que não consomem, mas sim que o álcool parece influenciar as circunstâncias em que a AS tem maior probabilidade de ocorrer. Verificou-se que metade das pessoas que agrediram sexualmente quando consumiram álcool também já tinham agredido sem consumir, o que demonstra não ser necessário consumir álcool para que uma agressão destas aconteça (Abbey, 2011; Parkhill & Abbey, 2008). O consumo de álcool por parte da vítima, por sua vez, parece ser mais significativo do que o consumo de álcool do agressor (Horvath & Brown, 2006; Ullman et al., 1999). Uma outra especificidade que se encontrou na AS com consumo de álcool foi haver menos agressões com penetração, provavelmente devido aos efeitos fisiológicos do álcool nos agressores e nas vítimas (Horvath & Brown, 2006).

Ainda no que concerne às pessoas vitimizadas que se encontravam alcoolizadas, estas apresentam menos queixas à polícia devido a sentimentos de culpa pelos seus consumos, à dificuldade em recordar, à incerteza e à confusão em relação ao desenrolar

dos eventos (Monk & Jones, 2014). Isto faz com que tenham maior relutância em fazer queixa porque não conseguem explicar o que aconteceu, nem ter a certeza de como e do que se passou (idem).

1.4.2. SPAs ilícitas

As SPAs de consumo voluntário não se limitam às SPAs ilícitas, incluindo o consumo para tratamento, ou recreativo, de SPAs prescritas. Tendo em conta que se pretende perceber as expectativas e percepções das SPAs consumidas, explorar-se-á as que foram alvo de mais investigação, consoante estes parâmetros e a presença na AS.

Ecstasy

O *ecstasy* é muitas vezes retratado nos *media* internacionais como potenciador, nas mulheres, de um comportamento sexual descontrolado (Hutton, 2004). Ao pesquisar sobre a relação entre substâncias e AS constatou-se que, a seguir ao álcool, o *ecstasy* ou MDMA surge como a substância mais investigada na sua relação com este tipo de agressão. As percepções associadas aos consumos de SPAs estão muitas vezes ligadas às *cenas* e ambientes em que são consumidas. O consumo de *ecstasy*, por sua vez, está muito associado à *cena underground*, a um ambiente tolerante e amigável, onde a substância é associada ao “bem-estar” e à busca de “paraísos artificiais” (Henriques, 2003). Esta substância é, ainda, encarada como facilitadora da comunicação e promotora de empatia entre os seus consumidores, permitindo que exista uma atmosfera sensível, onde a comunicação é realizada através de sorrisos, beijos e abraços, mas condenando, contudo, a sexualização (Chaves, 2003; Hutton, 2004). Defende-se, porém, que existe uma transposição do *ecstasy* para a *cena mainstream*, observando-se uma possível alteração destes valores ao combinar-se *ecstasy* com cocaína e álcool, o que, segundo os consumidores, corta o efeito gerador de empatia da substância (Chaves, 2003; Miranda, 2012).

Num estudo de Lopes e colaboradores (2010) constatou-se que, para além da associação de consumos, as diferentes vertentes da *cena underground* com os seus diferentes valores alteraram a percepção do consumo. Assim, por exemplo, na *cena techno* a agressividade foi atribuída ao consumo de *ecstasy*, embora se assuma existir concomitantemente uma suavização da masculinidade devido ao consumo que gera uma “onda de amor”. Assim, mesmo na *cena underground*, sente-se que alguns homens encaram as mulheres que consomem *ecstasy* como mais sexualmente disponíveis

(Hutton, 2004). No estudo de Hutton (2004) a visão consensual das consumidoras é a de que o consumo de *ecstasy* numa discoteca faz com que exista um desejo maior de tocar e de abraçar, mas não um desejo sexual (idem). As consumidoras diziam sentir-se mais sensuais, mas não com mais vontade de ter relações sexuais (idem).

O *ecstasy* como estimulante do SNC, aumenta o estado de vigília e a movimentação do seu consumidor, o que poderá dificultar a agressão oportunista e a torna desadequada a esses intentos, por oposição aos inibidores do SNC (Jansen & Theron, 2006). A presença de *ecstasy* em indivíduos envolvidos em AS pode estar relacionada apenas com a prevalência de consumos de SPAs nos contextos festivos, como pode acontecer com qualquer outra SPA referida neste estudo, ou poderá relacionar-se com o modo como os efeitos e as crenças acerca das pessoas que consomem se formam, passando a ser percecionadas como alvos mais adequados para esta agressão.

No que diz respeito ao consumo de cannabis, as significações e expectativas atribuídas a esta SPA passam pelo seu efeito relaxante, o potencial de socialização e a potenciação de capacidades pessoais, como melhor desempenho cognitivo e um melhor humor (Fonte & Manita, 2003). A prevalência encontrada desta substância em agressões sexuais dever-se-á, em parte, à normalização do seu consumo (Silva, 2015; Trigueiros & Carvalho, 2010). Contudo, um estudo português (Lomba et al., 2011) verificou que 17.97% e 4.69% dos jovens da sua amostra relataram esperar obter efeitos de cariz sexual com o consumo de álcool e cannabis, respetivamente, no sentido de facilitar o início das relações sexuais e que 7.40%, 2.86% e 2.31% consumiram álcool, cannabis e cocaína para ajudar a realizar práticas sexuais invulgares ou mais excitantes. Embora o resultado em si não demonstre nenhum tipo de causalidade ou associação à AS, é interessante observar esta relação entre o consumo de cannabis e a sexualidade.

Cocaína

A *cena mainstream* está mais associada à sexualização, como vimos anteriormente, sendo considerada uma cena menos tolerante e mais agressiva. As SPAs associadas a esta cena são o álcool, anfetaminas e a cocaína (Hutton, 2004). A cocaína consumida em contexto recreativo está associada à imagem de sucesso profissional e poder económico (Silva, 2005) quando é consumida por inalação, sendo que a cocaína fumada é atribuída uma relação de vício e dependência (Trigueiros & Carvalho, 2010). O consumo de cocaína está também ligado à criatividade (Silva, 2005). Os efeitos da cocaína, assim como os do *ecstasy*, passam pelo aumento de energia, redução da fadiga e dos humores

depressivos (Bucher, 2002, citado por Cruz, 2011). Encontra-se ainda maior resistência, maior autoconfiança e um aumento da energia física e sensação de bem-estar geral (Bernardo & Carvalho, 2012). Uma investigação constatou que a cocaína faz com que se sinta “que se pode fazer tudo” e que se é “dono do mundo” (Calado, 2006). A cocaína é vista como “uma droga muito boa” (Fonte & Manita, 2003; Miranda, 2012) e que, por isso, é necessário ter cuidado com o seu consumo (Calado, 2006). Apesar de poder ser equiparada ao *ecstasy*, existem muitos fatores que diferenciam o modo como se fala destas duas substâncias, assim como se pensa a cocaína inalada e a cocaína fumada. Deste modo levanta-se, novamente, a questão acerca das percepções como diferenciadoras da experiência das SPAs e dos comportamentos que daí advêm. A sua relação com a AS poderá ter a ver com os diferentes contextos onde é consumida e com os constructos de heteronormatividade. Poderá também relacionar-se com a exacerbação da autoconfiança ou, mais uma vez, estar presente nos casos de AS apenas pela prevalência de consumos desta substância em contextos festivos.

Anfetaminas

Observou-se que os consumos de *speed* (anfetaminas) e de cocaína são muito procurados para a recriação e alienação dos indivíduos nas festas (Minnaert, 2012). As anfetaminas permitem estar num estado de vigília e concentração (Chaves, 2003), fazem querer mover-se e garantem energia para ficar desperto durante dias (Calado, 2006). Não aparentam, contudo, ter um lugar muito expressivo ao nível das significações, sendo que se encontrou que o seu consumo está um pouco desprovido de sentido na trajetória de consumos, acabando por diluir-se no discurso acerca de outras SPAs e surgindo como alternativa mais barata ao *ecstasy* (Bernardo & Carvalho, 2012). As anfetaminas têm sido relacionadas com a perda de inibição e com o aumento de energia sexualizada, sendo assim associadas à AS (Jansen & Theron, 2006). Verificou-se que, tal como a cocaína, as anfetaminas aumentam o autoconceito de quem as consome, podendo resultar em crenças de grandiosidade, sendo que os consumos elevados podem tornar a pessoa mais irritável, desconfiada e agressiva (idem). Apesar de as anfetaminas serem associadas à *cena mainstream*, estas relacionam-se muito com consumos de *ecstasy*, por vezes vendidos como similares, ou simplesmente consumidos simultaneamente (Mendes, 2012).

LSD

Nos contextos festivos, em particular nas raves e na *cena trance*, constatou-se que o consumo de LSD e outros “ácidos” está associado à procura de bem-estar, prazer e felicidade (Chaves, 2003; Silva, 2005). Principalmente nestes espaços, esse consumo surge muito associado ao consumo de *ecstasy*, partilhando os valores supramencionados relativos ao consumo desta SPA. O consumo de LSD é muitas vezes percebido como uma busca espiritual (Calado, 2006), uma tentativa de atingir o sagrado. Associa-se, de igual forma, à “expansão da mente” e ao aumento da inteligência, sensibilidade e criatividade (Calado, 2006; Chaves 2003).

1.5. Expectativas e crenças sobre as SPAs

Existem diferentes percepções, expectativas, crenças e experiências subjacentes ao consumo de SPAs. Neste sentido, haverá mais do que uma explicação para a sua relação com a AS, visto que cada uma pode corresponder melhor ou pior à especificidade da pessoa que agrediu. Acredita-se que o consumo de álcool interage com um número de variáveis, influenciando e sendo influenciado por estas, de modo a exacerbar processos que ocorreriam sem o consumo do mesmo (Abbey et al., 2004). Assim, a intoxicação pode ser mais importante na determinação do momento em que a pessoa comete uma AS, do que na determinação de quem se torna sexualmente agressivo (Abbey, 2011). O álcool parece, assim, providenciar os meios, a ocasião social e a oportunidade para que a AS ocorra (Horvath & Brown, 2006). Crê-se que os resultados encontrados para o álcool poderão ser reproduzidos na relação entre o consumo de outras SPAs e a AS. Acredita-se, ainda, na possibilidade de alguns consumos estarem mais presentes em situações de AS devido à sua maior utilização pela população em geral.

II. Método

2.1. Objeto e Objetivo

O objeto do presente estudo é a agressão sexual em contextos festivos e a sua relação com o consumo de SPAs. O principal objetivo é perceber de que forma os diferentes tipos de agressão sexual estão presentes nestes contextos e se se relacionam com consumos de SPAs em contextos festivos. Neste sentido, definiram-se os seguintes objetivos específicos: 1) conhecer a frequência dos diferentes tipos de agressão sexual em contextos festivos; 2) conhecer a frequência e os padrões de consumo de SPAs em contextos festivos; 3) perceber se e de que forma o consumo de substâncias psicoativas está presente nas agressões sexuais em contextos festivos; 4) perceber as relações existentes entre as características sociodemográficas dos frequentadores destes contextos, as características e tipos de contextos festivos, os tipos de consumos e a agressão sexual; e 5) perceber que crenças existem em relação à agressão sexual, em particular crenças de pessoas vitimizadas e de pessoas que agrediram sexualmente.

2.2. Metodologia

Tendo em conta os objetivos que este estudo se propõe explorar foi utilizado um método quantitativo, visto que se pretende caracterizar e aumentar o conhecimento sobre uma realidade abrangente relativamente à qual a investigação científica existente é ainda insuficiente (Balvanes & Caputi, 2001). A abordagem nomotética permitirá identificar características gerais e tendências do objeto em estudo e revelar possíveis associações entre variáveis através de uma pesquisa descritiva (idem). A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenómeno e identificar relações entre essas variáveis (Gil, 1985). As pesquisas descritivas podem, de igual forma, tentar explicar a relação entre as variáveis, aproximando-se mais das investigações explicativas, ou providenciar uma nova visão do problema, aproximando-se mais das investigações exploratórias (idem). A análise realizada no presente estudo tem em conta a influência do social e do cultural no ser humano e no seu comportamento, assumindo que este é um intérprete de segunda ordem, ou seja, um sujeito complexo que se interpreta

a si próprio e ao que o rodeia (Balvanes & Caputi, 2001). Assim sendo, a interpretação dos resultados tem em conta que estamos a analisar as interpretações dos inquiridos sobre o que acontece ou aconteceu quer a nível individual, quer a nível coletivo (idem).

2.3. Método de Recolha de Dados

A recolha de dados foi efetuada através de um questionário construído especificamente para este estudo e divulgado na plataforma *online* Google Docs (cf. Anexo A). A decisão de divulgar este instrumento através de uma plataforma *online* resulta da expectativa de, através deste meio, conseguir alcançar um número elevado e diversificado de pessoas, de diversas localizações geográficas, permitindo-lhes que respondessem no momento que considerassem mais oportuno e de forma absolutamente anónima e que não expunha os respondentes. Considerou-se pertinente a divulgação *online* deste questionário dada a temática do presente estudo, sensível, íntima, potencialmente intrusiva, e que poderia afastar respondentes em registo face a face ou inibir as respostas de quem se predispusesse a preenchê-lo.

Devido ao tamanho e ao teor do questionário, e tendo em conta que este tema poderá remeter para experiências pessoais afetivamente negativas, o mesmo foi dividido em duas partes, uma constituída por questões de resposta obrigatória, caso o sujeito quisesse proceder ao seu preenchimento, e outra facultativa, para quem, concluído o preenchimento da primeira parte, continuasse predisposto a responder às nossas questões. A primeira metade diz respeito à Parte I e Parte II do questionário e a Parte III, IV e V constituem a metade facultativa (cf. Anexo A). Existiam apenas dois critérios de exclusão da amostra de respondentes: ter menos de 18 anos, como mais abaixo será referido, e não frequentar contextos festivos. Além de uma primeira parte, contendo o formulário de consentimento informado e a declaração de maioridade, a primeira questão colocada levava logo ou ao encerramento do questionário - caso o sujeito respondesse negativamente à questão "alguma vez frequentou um contexto festivo" - ou à abertura do questionário total, caso a resposta fosse positiva.

A Parte I tem como objetivo fazer uma caracterização da amostra e nela colocam-se perguntas relacionadas com a frequência de contextos festivos, quais os contextos festivos frequentados, se existe consumo de substâncias, que substâncias e com que frequência são consumidas. Na Parte I pretende-se, ainda, recolher alguns dados

sociodemográficos, idade, sexo, envolvimento atual numa relação íntima, estado civil, local de residência e área de formação/trabalho.

Na Parte II do questionário apresentam-se dez situações envolvendo agressão sexual, com nove formas de AS diferentes, onde a pessoa inquirida deve responder se já presenciou o acontecimento, se já lhe contaram que o comportamento ocorreu, se já lhe fizeram aquilo, se já fez aquilo a alguém ou se nenhuma das anteriores se adequa (cf. Anexo A). Estas questões vão no sentido de perceber qual a prevalência de AS percebida e as diferentes formas de manifestação dessa agressão. No seguimento de cada uma destas situações é pedido que se especifique o conhecimento relativamente aos consumos de quem agrediu e de quem foi agredido, exceto no caso dos participantes que responderam "não se adequa", com o intuito de perceber que SPAs estavam presentes nos diferentes tipos de AS. Ao analisar a formulação de duas dessas situações percebeu-se que a sua operacionalização sobrepunha conceitos, sendo que ambos avaliavam o mesmo tipo de agressão. Face a esta constatação, não se procedeu à interpretação da pergunta 29 - Alguém masturbou outra pessoa (manualmente ou com objetos) sem o seu consentimento/contra a sua vontade, pois se sobreponha com a pergunta 26 - Alguém obrigou outra pessoa a masturbá-lo/a ou masturbou outra pessoa (manualmente ou com objetos) sem o seu consentimento/contra a sua vontade (cf. Anexo A). Dividiu-se cada uma das situações em comportamentos de “Beijar contra a sua vontade”, “Roçar contra a sua vontade”, “Tentou praticar sexo oral contra a sua vontade”, “Sexo oral contra a sua vontade”, “Obrigou a masturbar contra a sua vontade”, “Tentou penetrar contra a sua vontade”, “Penetrar contra a sua vontade”, “Tentou penetração anal contra a sua vontade” e “Penetração anal contra a sua vontade” (cf. Anexo G).

A Parte III do questionário visa perceber se a pessoa inquirida considera que já foi agredida sexualmente, se já agrediu, se foi vítima de violação ou se já violou alguém, tendo três hipóteses de resposta “sim”, “não”, “não sei”.

A Escala de Crenças sobre Violência Sexual (Martins, Machado, Abrunhosa & Manita, 2012) constitui a Parte IV do questionário, sendo que contém 30 afirmações face às quais o participante terá de se posicionar numa escala de *Likert* com 5 pontos que vão desde o 1 - “discordo totalmente” - ao 5 - “concordo totalmente” -, manifestando o seu grau de concordância com as diferentes afirmações. A escala organiza as atitudes em relação à violência sexual em 5 fatores (*idem*) (cf. Anexo A). O primeiro - “Representação estereotipada da violação” - corresponde a crenças que vão ao encontro do protótipo de Violação Típica, nomeadamente a existência de um passado sexual entre a pessoa

vitimizada e a pessoa que agrediu e a ausência de violência física durante a agressão, no sentido de legitimar ou minimizar a violência sexual (idem). Este fator contempla as crenças 2, 6, 9, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 28 e 29. O segundo fator - “Provocação da vítima” - corresponde a crenças sobre o comportamento da vítima que tendem a legitimar ou minimizar a AS (idem). Este fator integra as crenças 8, 11, 13, 26 e 27. O terceiro fator - “Consentimento da Vítima” - comporta crenças legitimadoras que assentam na ideia de que a pessoa vitimizada consente, incita, deseja ou sente prazer aquando da AS (idem). Este fator inclui as crenças 10, 17, 18 e 19. O quarto fator - “Falsa noção de invulnerabilidade pessoal” - diz respeito a crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual pois assentam na ideia de que as pessoas vitimizadas ou as pessoas que agrediram são pessoas diferentes da população em geral (idem). Este fator contempla as crenças 1, 3, 4, 7 e 30. O fator 5 - “Falsas alegações” - corresponde a crenças que negam a ocorrência de AS, minimizando-a ou desvalorizando-a (idem). Este último fator integra as crenças 5, 12, 14 e 20. Os *scores* da escala são estabelecidos em função da soma dos graus de concordância assinalados na escala de *Likert* de cada afirmação, sendo que a pontuação total da escala mede o grau de tolerância/aceitação em relação ao uso da violência sexual (idem). A pontuação de cada fator permite perceber melhor que tipo de crenças estão presentes (idem). Segundo Martins e colaboradores (2012) a ECVS tem uma boa consistência interna, com um coeficiente alfa de cronbach de 0.91, sendo que no presente estudo o alfa de cronbach observado foi de 0.93.

Na Parte V são apresentadas 6 afirmações avaliadas através de uma escala de *Likert* de 5 valores idêntica à anterior. Pretende-se perceber quais as atitudes acerca da AS envolvendo consumo de SPAs, colocando o foco na responsabilização e na punição das pessoas envolvidas, assim como na presença do consumo de SPAs como desqualificador da AS. A consistência desta escala, criada para o presente estudo, e que se denominou de Escala de Crenças sobre o Consumo na Agressão Sexual (ECCAS), foi avaliada através do coeficiente alfa de cronbach, obtendo-se um valor de 0.84, possuindo uma boa consistência interna.

2.4. Amostra

A amostra do presente estudo foi constituída através de um procedimento de amostragem não probabilístico, por conveniência. Tendo em conta que a população frequentadora de contextos festivos é, maioritariamente, uma população jovem, cujas idades oscilam entre os 15 e os 35 anos (Lomba et al., 2011), e que os dados sobre a prevalência de consumo de SPAs em Portugal incidem frequentemente em populações a partir dos 16 anos, sendo também esta a idade que, em termos legais, distingue a classificação de diferentes tipos de crimes e agressões sexuais, apresentou-se um requerimento à Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto para que fosse possível aplicar o questionário a respondentes com uma idade mínima 16 anos, pedido recusado a 5 de junho de 2016. Assim sendo, apenas maiores de 18 anos puderam responder ao questionário.

Tendo em conta que se procurou aceder a uma população mais jovem, a disseminação do questionário e do pedido de colaboração foi realizada por e-mail, contactando-se várias instituições e departamentos académicos, nomeadamente nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Algarve, R. A. da Madeira e R. A. dos Açores. A disseminação do questionário na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) foi realizada através de e-mail dinâmico, enviado a todos os contactos institucionais dos atuais estudantes. O questionário foi publicado, ainda, nas redes sociais, nomeadamente em diferentes páginas do *facebook*, e pediu-se às pessoas que o divulgassem também, num sistema de “bola de neve”. De ressaltar que, como supracitado, o único critério de exclusão da amostra para o presente estudo era, para além da maioridade, não frequentar contextos festivos. Assim sendo, apesar da divulgação se orientar mais para a população jovem, qualquer pessoa poderia responder ao questionário, desde que fosse maior de idade e frequentasse contextos festivos, o que aconteceu.

2.5. Caracterização da Amostra

A presente amostra é composta por 245 sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos de idade, com uma média de idades de 24.8 anos ($DP=6.15$), sendo que 80.8% ($n=198$) se identificaram como sendo do sexo feminino e 19.2% ($n=47$) do

sexo masculino, o que gerou algum enviesamento de género na amostra final. Ao nível da regularidade com que frequentavam contextos festivos, 22.4% da amostra frequentava semanalmente ($n=55$), 35.5% mensalmente ($n=87$) e os restantes 42% ocasionalmente ($n=103$). No que diz respeito aos contextos festivos frequentados, 85.3% ($n=209$) da amostra frequentou bares, 63.3% ($n=155$) frequentou discotecas, 55.5% ($n=136$) frequentou festas académicas, 44.9% ($n=110$) frequentou festivais, 8.6% ($n=21$) frequentou festas populares, 6.9% ($n=17$) frequentou *raves* e 5.3% ($n=13$) frequentou outros tipos de contextos.

Dos 245 respondentes 13.5% ($n=33$) nunca consumiram SPAs em contextos festivos. Dos que responderam afirmativamente, 62.7% ($n=133$) consomem sempre ou quase sempre, 21.2% ($n=45$) ocasionalmente e 16% ($n=34$) nunca ou quase nunca. Em relação ainda aos participantes que já consumiram SPAs, 100% (233) afirmam ter consumido álcool, 38.7% (82) cannabis, 8% (17) *ecstasy*, 5.7% cocaína (12), 4.7% (10) anfetaminas e 4.2% (9) LSD.

Dos 245 participantes, 58% encontravam-se atualmente envolvidos numa relação íntima ($n=142$) e os restantes 42% ($n=103$) não. Nesta amostra 88.2% dos respondentes ($n=216$) indicou o seu estado civil como “solteiro/a”, 9% ($n=22$) “casado/a ou em União de Facto”, 2% ($n=5$) Divorciado/a ou Separado/a e 0.8% ($n=2$) Viúvo/a.

Ao nível do local de residência, apresentar-se-ão apenas os resultados principais (ver tabela completa no Anexo C) - 58.8% das pessoas residiam atualmente no Porto ($n=144$), 11.4% na Madeira ($n=28$), 5.3% em Braga ($n=13$), 4.3% em Aveiro ($n=11$), 3.3% em Lisboa ($n=8$) e 3.3% nos Açores ($n=8$).

As áreas de formação dos inquiridos variaram muito, destacando-se a área da Psicologia que corresponde a 32.2% ($n=79$) da amostra (ver tabela completa no Anexo C).

2.6. Análise de Dados

A análise estatística de dados foi realizada com apoio do programa IBM SPSS Statistics, versão 24, para tratamento estatístico. Primeiramente criou-se uma base de dados transformando os itens do questionário em variáveis, onde se inseriu posteriormente as respostas recolhidas através do mesmo. Recodificou-se os itens de forma a irem ao encontro dos objetivos, criando-se novas variáveis em relação à agressão

e à vitimização, recodificando variáveis *string* e de frequências, assim como variáveis relativas aos fatores da ECVS. Após a limpeza dos dados, ou seja, verificação e correção de erros aquando da introdução dos dados, passou-se à análise descritiva e caracterização da amostra através do cálculo de frequências e de medidas de tendência central, médias e desvios-padrão, assim como mínimos e máximos em cada variável.

Recorreu-se, para estas análises, ao teste estatístico de Qui-Quadrado (χ^2), para quadros 2x2 e ao Teste Exato de Fisher (TEF), quando não se cumpriu o pressuposto do mínimo de 5 por célula encontrada na análise 2x2, assim como ao cálculo de correlações. Realizaram-se estas análises no sentido de verificar se existia uma associação entre as variáveis que mediam a presença de comportamentos de agressão e as variáveis que diziam respeito às características sociodemográficas, dos contextos e dos consumos, assim como a sua frequência dentro destas condições. Não se usou a correlação de Yates apesar de a análise ser 2x2, dado o tamanho da amostra e porque os valores não corrigidos, devido à ausência de margens fixas, se aproximariam melhor da verdadeira probabilidade (Howell, 1997). Procedeu-se da mesma forma para a variável referente à vitimação e para a variável que correspondia às pessoas que não estavam diretamente envolvidas em nenhum comportamento. Verificou-se ainda a relação destas três variáveis de envolvimento na agressão com as crenças e os fatores da ECVS e as crenças da ECCAS, através da Correlação de Ponto Bisserial (r_{pb}). Considerou-se, por sua vez, cada tipo de comportamento, procedeu-se à análise de frequências, considerando as 4 condições de presença da agressão, assim como a existência ou não de agressão, a existência de consumo e a frequência de consumo por agressor e vítima de cada comportamento.

III. Resultados

3.1. Frequência de agressão sexual

Dos 245 participantes, 142 (58%) tiveram conhecimento da ocorrência dos comportamentos correspondentes à agressão “Beijar contra a sua vontade” em CFs, 102 (41.6%) não tinham conhecimento e existiu apenas uma não resposta a esta questão.

Relativamente ao comportamento “Beijar contra a sua vontade”, 9 (3.7%) respondentes afirmaram ter feito este comportamento e 54 (22%) disseram que foram alvo deste comportamento.

No que diz respeito à agressão “Roçar contra a sua vontade”, uma maioria considerável de respondentes indicou ter conhecimento deste tipo de agressão em CFs. ($n=175$; 71.4%) e apenas 69 pessoas (28.2%) afirmaram desconhecer qualquer situação deste tipo, existindo uma não resposta. Assim, 10 (4.1%) participantes afirmaram terem agredido desta forma, e 120 afirmaram terem sido alvo deste tipo de agressão.

O comportamento “Tentou praticar sexo oral contra a sua vontade” foi reportado por 7.8% ($n=19$) dos respondentes, sendo que 223 (91.2%) dizem não ter conhecimento, havendo 3 *missings*. Uma pessoa afirmou ter praticado este tipo de agressão (0.4%) e uma pessoa afirmou ter sido alvo deste tipo de agressão (0.4%).

Sobre o comportamento “Sexo oral contra a sua vontade” verifica-se que 14 pessoas (5,7%) afirmam ter conhecimento sobre a ocorrência deste tipo de agressão, sendo que 225 (91.8%) dizem não ter conhecimento. Existem 6 não respostas. Nenhum dos participantes afirma ter sido alvo deste tipo de agressão nem ter agredido desta forma.

Quanto ao comportamento “Obrigou a masturbar contra a sua vontade” 17 pessoas dizem ter conhecimento em relação a esta agressão (6.9%), 226 dizem não ter (92.2%), e verificam-se 2 *missings*. Uma pessoa afirma ter agredido desta forma (0.4%) e 3 pessoas relatam ter sido alvo desta forma de agressão (1.2%).

Relativamente à agressão “Tentou penetrar contra a sua vontade” 23 pessoas disseram ter conhecimento em relação à ocorrência deste comportamento (9.4%), 222 disseram não ter conhecimento e existe uma não resposta (90.6%). Nenhum dos participantes afirma ter agredido desta forma, e 5 pessoas relatam terem sido alvo desta agressão.

Relativamente ao comportamento “Penetrar contra a sua vontade” 17 pessoas afirmam ter conhecimento da ocorrência do mesmo, 222 pessoas afirmam não ter, e verificam-se 6 não respostas. Assim, 4 pessoas relatam ter sido alvo deste tipo de agressão (1.6%) e uma pessoa relata ter agredido desta forma (0.4%).

Quanto ao comportamento “Tentar anal contra a sua vontade” 9 pessoas disseram ter conhecimento acerca deste comportamento, 232 disseram não ter (94.7%) e ocorreram 4 não respostas (1.6%). Nenhuma pessoa relata ter praticado este comportamento e duas afirmam terem sido alvo desta agressão (0.8%).

Em relação ao comportamento “Anal contra a sua vontade” 236 pessoas afirmaram não ter conhecimento sobre a sua ocorrência (96.3%), 7 disseram ter (2.9%). Sendo que existiram 2 não respostas. Nenhuma pessoa afirma ter agredido desta forma e uma pessoa relata ter sido alvo deste comportamento (0.4%).

3.2. Caracterização

Caracterização das vítimas

O grupo de pessoas vítimas de AS foi constituído através da integração de qualquer respondente que afirmasse ter sido alvo de, pelo menos, um dos nove comportamentos de agressão sexual apresentados no questionário. Esta condição foi válida para 139 dos sujeitos da amostra, sendo que, destes, 82.7% são do sexo feminino e 17.3% do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 18 e os 48 anos ($M=24.42$, $DP=5.53$). Em relação aos contextos festivos, 24.5% frequentava estes contextos semanalmente, 38.8% frequentava mensalmente e 36.7% ocasionalmente. Quanto ao tipo de contexto, 93.9% frequentou bares, 68.9% discotecas, 63.6% “semanas académicas”, 57.6% festivais, 9.1% festas populares, 9.1% *raves* e 6.1% outros contextos. No que diz respeito aos consumos, 89.9% já tinha consumido SPAs num CF, 63.2% afirmou consumir sempre ou quase sempre, 25.6% afirmou consumir regularmente e 11.2% nunca ou quase nunca. Considerando os participantes deste grupo que haviam consumido SPAs em contextos festivos, todos tinham consumido álcool, à semelhança do que acontece na amostra global do presente estudo, 44% consumiu cannabis, 8.8% *ecstasy*, 6.4% cocaína, 5.6% anfetaminas e 4.8% LSD. Neste grupo 54% das pessoas encontravam-se envolvidas numa relação íntima.

Em relação ao estado civil 90.6% é solteiro/a, 6.5% está casado/a ou em união de facto, 2.2% divorciado/a ou separado/a e apenas uma pessoa é viúva. Em relação ao local de residência, apresentam-se aqui apenas os resultados principais, remetendo para uma caracterização mais pormenorizada na tabela 7 (cf. Anexo D): 69.9% da amostra mora no Porto, 9.8% na Madeira, 4.5% em Braga, 4.5% em Aveiro, 4.5% nos Açores, 3.0% em Lisboa, 1.5% em Coimbra, 0.8% em Évora, 0.8% em Viseu e 0.8% em Castelo Branco. Devido à sua heterogeneidade, remete-se a leitura das percentagens relativas à formação académica para a tabela 8 (cf. Anexo E).

Caracterização dos/as ofensores/as

No total de respondentes, apenas 20 pessoas (8.17%) assumiram ter realizado pelo menos um dos nove comportamentos de AS incluídos no questionário, passando a integrar o grupo dos/as ofensores/as. Neste grupo a idade está compreendida entre os 19 e os 47 anos ($M=24.20$, $DP=6.45$), sendo que 55% são do sexo masculino e 45% do sexo feminino. Destes indivíduos, 25% frequentavam os contextos festivos semanalmente, 45% mensalmente e 30% ocasionalmente. Em relação aos contextos festivos, 90% frequentou bares, 80% discotecas, 50% festas académicas, 45% festivais, 15% *raves*, 15% outros tipos de contextos e 5% festas populares. Apenas 1 indivíduo (5%) afirmou nunca ter consumido SPAs em contextos festivos; dos restantes, 78.9% afirmaram consumir sempre ou quase sempre, 15.8% regularmente e 5.3% raramente. Tal como se havia evidenciado na amostra total, todos os indivíduos que consumiram SPAs consumiram álcool, 52.6% deste grupo consumiu cannabis, 21.1% *ecstasy*, 15.8% LSD, 15.8% anfetaminas e 5.3% outras SPAs. Mais de metade dos indivíduos encontrava-se envolvida numa relação íntima (55%). Em relação ao local de residência 57.9% residia no Porto, 10.5% em Lisboa, 10.5% na Madeira, 10.5% em Braga, 5.3% em Aveiro e 5.3% em Évora. As principais áreas de formação neste grupo foram a Psicologia (21.4%), Gestão e Finanças (14.3%), Medicina Dentária (14.3%) e Saúde (14.3%) (cf. Tabela 9, Anexo F).

3.3. Caracterização dos consumos e da sua presença nas diferentes situações de agressão sexual

Importa salientar que, como enunciado anteriormente, 86.5% da amostra total tinha consumido SPAs em contextos festivos, tendo-se verificado consumos de álcool (100%), cannabis (38.7%), ecstasy (8%), cocaína (5.7%), anfetaminas (4.7%) e LSD (4.2%). As pessoas vitimizadas que usaram substâncias (89.9%) consumiram álcool (100%), cannabis (44%), ecstasy (8.8%), cocaína (6.4%), anfetaminas (5.6%) e LSD (4.8%). Por sua vez, as pessoas que agrediram e que usaram substâncias (95%) consumiram álcool (100%), cannabis (52.6%), ecstasy (21.1%), cocaína (15.8%), anfetaminas (15.8%) e LSD (5.3%).

Beijar contra a sua vontade

Considerando o comportamento “Beijar contra a sua vontade”, a ocorrência de consumos pela pessoa que agrediu, houve 79 (51.63%) especificações de consumo de SPAs, 11 (7.19%) ausências de consumo e 63 (41.18%) situações em que se desconheciam consumos neste grupo.

Tabela 1. Frequências de consumo de pessoas que agrediram na situação “Beija contra a sua vontade” por SPA

Consumo se	Frequência	Frequência acumulada	Frequência Total (%)	Frequência Total acumulada (%)
Agredir				
Álcool	70	70	78.65	78.65
Cannabis	8	78	8.99	87.64
Ecstasy	3	81	3.37	91.01
LSD	1	82	1.12	92.13
Cocaína	4	86	4.49	96.62
Anfetaminas	2	88	2.24	98.86
Heroína	0	88	0	98.86
Outra	0	89	1.12	98.86
Total	89	89	100	100

Como é possível verificar na Tabela 1, o consumo de álcool corresponde à maioria dos consumos, seguido pelo consumo de cannabis, sendo que o ecstasy e a cocaína tiveram alguma expressão.

No que diz respeito à presença de consumos da pessoa vitimizada, houve 70 (48.61%) situações em que se afirmou ter conhecimento de haver presença de SPAs, 21 (14.58%) situações onde não existiu consumos e 53 (36.81%) situações em que se desconhecia o consumo das mesmas, sendo que os consumos foram similares aos das pessoas que adotaram este comportamento.

Tabela 2. Frequências de consumo de pessoas que foram alvos de agressão na situação “Beijar contra a sua vontade” por SPA

Consumo	Frequência	Frequência acumulada	Frequência Total (%)	Frequência Total acumulada (%)
Vitimizado/a				
Álcool	70	70	78.65	78.65
Cannabis	8	78	8.99	87.64
Ecstasy	3	81	3.37	91.01
LSD	1	82	1.12	92.13
Cocaína	4	86	4.49	96.62
Anfetaminas	2	88	2.24	98.86
Heroína	0	88	0	98.86
Outra	0	89	1.12	98.86
Total	89	89	100	100

Roçar contra a sua vontade

Uma maioria considerável de respondentes indicou ter conhecimento desta situação (n=175; 71.4%) e apenas 69 pessoas (28.2%) afirmaram desconhecer qualquer situação deste tipo, existindo uma não resposta.

Quanto à existência de consumos de SPAs pelos envolvidos, em 73 (39.04%) situações afirmou-se que estas tinham sido consumidas pelas pessoas que agrediram, em 9 (4.81%) situações que não houve consumo e em 105 (56.15%) situações que se desconhecia se havia ou não consumos.

Tabela 3. Frequências e tipos de consumo feitos pelas pessoas que agrediram na situação “Roçar contra a sua vontade”

Consumo se Agredir	Frequência	Frequência acumulada	Frequência Total (%)	Frequência Total acumulada (%)
Álcool	73	73	85.88	85.88
Cannabis	8	81	9.41	95.29
Ecstasy	1	82	1.18	96.47
LSD	1	83	1.18	67.65
Cocaína	1	84	1.18	98.83
Anfetaminas	1	85	1.18	100.01
Heroína	0	0	0	100.01
Outra	0	0	0	100.01
Total	85	85	100	100

É possível verificar novamente que o álcool, consumido pela pessoa que agrediu, corresponde à maioria dos consumos, seguido da cannabis.

Por sua vez, no que concerne aos consumos da pessoa vitimizada, existem 79 (44.63%) situações em que se reportam consumos, 47 (26.56%) situações em que não houve consumos e 51 (28.81%) situações desconhecidas.

Tabela 4. Frequências e tipos de consumo feitos pelas pessoas vitimizadas na situação “Roçar contra a sua a vontade”

Consumo Vitimizado/a	Frequência	Frequência acumulada	Frequência Total (%)	Frequência Total acumulada (%)
Álcool	79	79	79.80	79.80
Cannabis	12	91	12.12	91.92
Ecstasy	2	93	2.02	93.94
LSD	1	94	1.01	94.95
Cocaína	3	97	3.03	97.98
Anfetaminas	1	98	1.01	98.99
Heroína	0	98	0	98.99
Outra	1	99	1.01	100
Total	99	99	100	100

É possível observar que os consumos das pessoas vitimizadas são, também aqui, idênticos aos das pessoas que agrediram.

Devido a limitações de espaço, não se apresentarão aqui os resultados relativos aos consumos de SPAs nos restantes tipos de agressão, visto que não acrescentam informação

relevante quanto às tendências de consumo. O consumo de álcool continua a corresponder à maioria dos consumos, seguido do consumo de cannabis, com uma prevalência bem menos expressiva das restantes SPAs.

3.4. Associações consoante o envolvimento na agressão

Vitimação

Ao nível da associação com os contextos, os bares ($\chi^2(1,234)=6.78$ $p<0.01$) e os festivais ($\chi^2(1,234)=13.58$ $p<0.01$) encontram-se ambos significativamente associados à vitimação. Neste sentido 59.3% das pessoas que frequentaram bares e 69.1% das que frequentaram festivais foram vitimizadas, por contraponto a 40.7% e 30.9%, respetivamente, de pessoas que não foram. Apesar de não ser significativa, frequentar festas académicas apresenta também uma associação expressiva ($\chi^2(1,234)=3.28$ $p=0.052$), sendo que 61.8% das pessoas que frequentavam estas festas foram alvo de agressão em oposição a 38.2% das pessoas que não foram alvo. A variável de frequência de contextos festivos foi associada com ser alvo de AS ($r_{pb}=-0.12$; $p=0.07$), ou seja, a probabilidade de ser alvo de agressão aumenta com a regularidade de frequência de CFs.

No que diz respeito ao consumo de SPAs não se encontrou nenhuma associação significativa com a vitimação, contudo, o consumo de cannabis apresentou uma associação já expressiva ($\chi^2(1,212)=3.64$, $p=0.057$), com 67% dos consumidores de cannabis a serem alvo de agressão. A condição “alguma vez ter consumido SPAs num contexto festivo” surge, da mesma forma, tendencialmente associada à AS ($\chi^2(1,245)=3.18$; $p=0.07$), sendo que 59% deste grupo foi vítima de AS em CFs, por contraponto aos 41% não vitimizados.

Observou-se, ainda, que apenas 25% das pessoas agredidas sexualmente em CFs consideraram que tinham sido alvos de AS.

Agressão

Ao proceder à verificação de associações entre a variável “pessoas que agrediram” e variáveis sociodemográficas, encontrou-se que a variável sexo do participante apresentava um efeito significativo (TEF, $p<0.01$), sendo que o sexo masculino (19.1% dos homens) agrediu significativamente mais do que o sexo feminino (5.6% das mulheres).

Relativamente às associações entre esta variável e as variáveis que dizem respeito aos contextos festivos e consumos aí realizados, as únicas variáveis que se demonstraram significativamente relacionadas com a AS foram o consumo de LSD (TEF, $p=0.04$) e o consumo de anfetaminas (TEF, $p=0.05$). Assim, 33.3% das pessoas que consumiram LSD agrediram sexualmente de alguma forma, contrastando com 66.7% de pessoas que não o fizeram. Por sua vez, apenas 30% dos consumidores de anfetaminas ingressaram em comportamentos sexualmente agressivos. O consumo de *ecstasy*, por sua vez, teve uma associação consideravelmente expressiva, apesar de não significativa (TEF, $p=0.052$), sendo que apenas 23.5% dos consumidores de *ecstasy* agrediram enquanto 76.5% não o fizeram.

Em relação à percepção de si como agressores, apenas uma pessoa que agrediu em CFs (5%) considerou que já tinha agredido alguém sexualmente.

3.5. Crenças associadas à agressão sexual

De modo a perceber de que forma as crenças estavam associadas ao envolvimento dos respondentes na AS, calculou-se a correlação entre esta variável e as crenças e fatores da ECVS, assim como as crenças da ECCAS (cf. Anexo A). Procedeu-se, de igual forma, à verificação de relações entre cada subtipo de agressão.

Pessoas que foram vitimizadas

Em relação às pessoas vitimizadas, encontrou-se uma correlação negativa com a crença 2 da ECVS (Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então, não se pode falar de violência sexual) ($r_{pb} = -0.15$; $p=0.02$), com a crença 21 (Se uma pessoa violada tiver um comportamento sexual «indecente», então, a agressão sexual é menos grave) ($r_{pb} = -0.16$; $p=0.02$), com a crença 22 (Forçar o/a namorado/a a ter relações sexuais não é violação) ($r_{pb} = -0.13$; $p=0.04$) e a crença 25 (Se uma pessoa não resistir fisicamente, então, não se pode dizer que foi vítima de agressão sexual) ($r_{pb} = -0.18$; $p<0.01$), assim como com o primeiro fator da escala (representação estereotipada da violação) ($r_{pb} = -0.15$; $p=0.02$). Verificou-se que, na vitimização pelo comportamento “ser beijado/a contra a sua vontade” ($n=54$), existe uma correlação positiva entre a crença 13 - Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua, se for vítima de uma agressão sexual ($r_{pb}=0.15$;

$p=0.03$), a crença 21 ($r_{pb}=0.13$; $p=0.04$), a crença 22 ($r_{pb}=0.14$; $p=0.04$), a crença 25 ($r_{pb}=0.16$; $p=0.02$) e a crença 26 da ECVS (“Quem anda à chuva molha-se”, quem não quiser ser agredido sexualmente deve evitar expor-se ao risco) ($r_{pb}=0.18$; $p<0.01$), assim como com o fator 1 ($r_{pb}=0.14$; $p=0.04$) e o fator 2 (provocação da vítima) ($r_{pb}=0.16$; $p=0.02$). Na vitimização pelo comportamento “Roçar no seu corpo contra a sua vontade” ($n=120$) só se verificou uma correlação estatisticamente significativa, com a crença 25 da ECVS ($r_{pb}=0.14$; $p=0.03$). Procurou-se saber ainda a relação entre as crenças e a vitimização pelo comportamento “Tentou penetrar contra a sua vontade” ($n=5$), a última variável de comportamento específico de vitimação com um mínimo de participantes para que se procure uma relação (Bonett, 2000). Assim, encontrou-se uma relação negativa entre a crença 10 (Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes, querem dizer sim) ($r_{pb}=-0.15$; $p=0.02$), a crença 17 (Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas) ($r_{pb}=-0.19$; $p<0.01$) e a crença 19 da ECVS (Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a ter sexo) ($r_{pb}=-0.14$; $p=0.03$), assim como com o fator 3 (consentimento da vítima) ($r_{pb}=-0.20$; $p<0.01$).

Pessoas que agrediram

No grupo das “pessoas que agrediram” encontra-se uma correlação positiva com a crença 6 da ECVS (Forçar o(a) cônjuge (marido/esposa) a ter relações sexuais não é violação) ($r_{pb}=0.13$; $p=0.05$), com a crença 18 (Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse) ($r_{pb}=0.14$; $p=0.04$) e com o fator 3 da ECVS ($r_{pb}=0.15$; $p=0.03$). Apesar de haver uma correlação positiva entre as variáveis relacionadas com crenças e a variável que corresponde à adoção de comportamentos sexualmente agressivos, ao verificarmos as relações dos comportamentos passíveis de serem analisados estatisticamente deparamo-nos com resultados inesperados. Por exemplo, na agressão no comportamento “Beijar contra a sua vontade” ($n=9$) a crença 18 da ECVS ($r_{pb}=-0.20$; $p<0.01$) com a mesma. No caso de o comportamento “Roçar o contra a sua vontade” ($n=10$) verificou-se que existiam 3 variáveis de crenças relacionadas negativamente, nomeadamente a crença 8 da ECVS (Há um certo ponto a partir do qual nenhum homem/nenhuma mulher é de ferro) ($r_{pb}=-0.16$; $p=0.02$), a crença 10 ($r_{pb}=-0.25$; $p<0.01$) e o fator 3 ($r_{pb}=-0.13$; $p=0.05$).

IV. Discussão dos dados e conclusões

A presente investigação teve como principal objetivo conhecer a frequência e tipos de comportamentos de agressão sexual nos contextos festivos portugueses, assim como a sua relação com consumos de substâncias psicoativas. Neste sentido, procurou-se perceber, primeiramente, a frequência de AS nestes contextos, constatando-se que esta agressão tem uma elevada expressão nos CFs, com principal destaque para os comportamentos “Beijar” e “Roçar” contra a vontade, visto que 56.8% e 71.4% da amostra total afirmou ter conhecimento destes tipos de comportamento abusivo. Observa-se, assim, uma presença significativa de atos de AS nestes contextos, sendo, contudo, predominantemente atos que não configuram crimes sexuais ditos graves, indo ao encontro do que foi verificado por Kavanaugh e Anderson (2009). Não se nega, contudo, a existência de agressões sexuais consideradas mais graves, tais como a tentativa ($n=19$) e concretização de de sexo oral ($n=14$) contra a vontade do outro e a penetração forçada ($n=17$). Neste sentido, seria importante aprofundar o estudo do fenómeno com o objetivo de implementar medidas preventivas em relação à AS em contextos festivos.

Verificou-se, ainda, que a esmagadora maioria das pessoas que agrediram ou que foram agredidas nestes contextos desvaloriza esse tipo de comportamento, não considerando que cometeram ou que foram alvo de uma forma de agressão sexual, o que está de acordo com a ideia destacada na literatura de que estas agressões são frequentemente minimizadas pelas pessoas, designadamente quando ocorrem em CFs (Fox & Sobol, 2000). De novo, este dado alerta para a necessidade de informar e formar os cidadãos, designadamente os jovens, para uma maior consciencialização de que estes comportamentos são abusivos e devem ser prevenidos.

Sabe-se, através da literatura revista, que existe uma multiplicidade de fatores que facilitam ou propiciam, em maior ou menor grau, a ocorrência de AS em CFs. A normalização de determinados tipos de agressão, retirando-lhes a conotação abusiva, agressiva ou criminal, que terá subjacentes valores partilhados neste grupo de sujeitos, poderá constituir um fator de risco para a sua ocorrência, pelo menos em CFs, embora se possa inferir que não apenas nestes.

Através da análise dos resultados deste estudo verificou-se uma elevada frequência de consumos em situações de AS perpetrada em CFs, sendo que, em todas as condições, o consumo foi notoriamente superior ao não consumo. Verificou-se, ainda, uma menor

frequência de consumos nas pessoas vitimizadas do que nas pessoas que agrediram, o que não é consonante com outros estudos por nós revistos, nos quais as pessoas que foram vítimas de AS tinham níveis mais elevados de consumo de SPAs (Ullman et al., 1999; Horvath & Brown, 2006). Ao nível da especificidade dos consumos de SPAs, o consumo de álcool, quer por parte das pessoas que agrediram, quer das pessoas vitimizadas, é muito expressivo, sobretudo em associação aos dois comportamentos abusivos mais frequentemente reportados na nossa amostra (79.80% e 85.88% do total dos consumos), correspondendo a, pelo menos, metade dos consumos presentes nos restantes tipos de AS. A cannabis é a segunda SPA mais consumida, demarcando-se, contudo, da intensidade do consumo de álcool, surgindo em 8.51% e 12.12% dos casos de AS mais reportados. Em terceiro lugar, surgem os consumos de *ecstasy* e cocaína, sendo que, com menor incidência, surgem alguns consumos de anfetaminas e de LSD.

A maioria dos estudos que procuram perceber o papel do consumo de SPAs na AS não mede os consumos das pessoas que não estão envolvidas na agressão. Uma das vantagens do presente estudo foi a aferência dos consumos em CFs tanto das pessoas envolvidas, como das pessoas não envolvidas na AS. Neste sentido, foi possível evidenciar que a presença de consumos de SPAs na agressão não se afasta da ocorrência de consumos total da amostra. Contudo, ao aprofundar os consumos das pessoas que afirmaram ter sido vítima desta agressão ou terem adotado comportamentos sexualmente agressivos, verificou-se que existiam SPAs que diferenciavam significativamente entre a condição de pessoa que agride, a condição de pessoa vitimizada e a restante amostra.

Assim, mais de metade das pessoas que consumiram SPAs foram vitimizadas, sendo que o consumo de cannabis é maior neste grupo. No caso das pessoas que agrediram encontrou-se uma relação negativa com os consumos, sendo que existiam menos consumidores de LSD, anfetaminas e *ecstasy* a agredir.

A literatura indica-nos, ainda, que as AS e os próprios consumos e respetivas expectativas acerca dos mesmos, se relacionam com os CFs frequentados. No nosso estudo verificamos que 59.3% das pessoas que frequentaram bares, 69.1% das que frequentaram festivais e 61.8% das que frequentaram festas académicas foram alvo de comportamentos sexualmente agressivos, um dado merecedor da maior atenção.

De destacar, a este nível, um dado aparentemente paradoxal, pois os contextos festivos surgem como variáveis com relevância na condição “ser alvo de agressão sexual”, mas não na condição “perpetrar atos de agressão sexual”, o que poderá dever-se a um enviesamento provocado pelo reduzido número de pessoas da amostra que admitiu

ter perpetrado comportamentos de AS. Este dado deve, por isso, ser lido e analisado com cuidados acrescidos.

Os CFs da *cena mainstream* foram, tal como encontrado na literatura da especialidade, os contextos com maior prevalência de agressão sexual. É possível, assim, inferir que, em Portugal, alguns CFs poderão ser considerados *hot spots* criminais para a AS, principalmente os contextos da *cena mainstream*, neste caso, bares, festivais e festas académicas. Estes CFs são descritos na literatura como contextos marcados por uma maior impessoalidade e sexualidade, comparativamente à *cena underground*. Na *cena mainstream* são permitidos e, por vezes, encorajados, avanços sexuais dirigidos a pessoas desconhecidas. A agressão sexual é normalizada e desvalorizada com base em crenças e valores partilhados pelos frequentadores destes contextos. Ainda segundo a literatura, os ambientes dos CFs *mainstream* são pautados por uma visão machista e heteronormativa, onde os homens “ganham pontos” pelas conquistas e as mulheres se devem guiar por comportamentos tradicionais de género. Para além disso, os consumos de SPAs, em particular o consumo de álcool, é fortemente sexualizado nestes espaços. Os CFs são procurados com o intuito de libertação das imposições quotidianas e conexão com o prazer, o que poderá aumentar o risco de ocorrência de agressão sexual.

Deste modo, se se considerar que o CF é um local onde se procura a liberdade, inclusivamente a liberdade sexual e a liberdade sensual, onde se persegue o prazer e a imersão numa cultura hedonista, é necessário ter em conta que esta vivência poderá ser distinta entre homens e mulheres.

No presente estudo, embora não se tenham encontrado diferenças em função do sexo das pessoas vitimizadas, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas em função do sexo das pessoas que agrediram, o que poderá reforçar esta ideia de que as mulheres e os homens têm modos diferentes de vivenciar os CFs e de agir dentro deles, principalmente se tivermos em conta que a AS é uma agressão predominantemente intergénero. Da mesma forma, é necessário destacar que a maioria das agressões aqui discutidas têm como alvo mulheres ($n=115$), muito mais frequentemente do que homens ($n=24$), ou seja, os seus condicionalismos e associações serão influenciados pela prevalência do sexo feminino como alvo da AS. As crenças de género influenciam a maneira como se percebe os consumos, as vivências e os comportamentos nos CFs. Estas têm influência no que é permitido a quem agride, a quem é vitimizado, a quem presencia ou tece julgamentos sobre a agressão, à existência de espaço e oportunidade para agredir e à legitimação da pessoa como alvo da agressão. Neste sentido, contribuem

para que exista uma maior ou menor oportunidade de agressão e para que seja oferecida ou não a possibilidade de proteção dos frequentadores destes espaços.

No nosso estudo foi detetada uma presença relevante de consumos de cannabis no grupo das pessoas vitimizadas, um tipo de consumo que não pode ser, acreditamos, dissociado da frequência global e da normalização do seu uso nestes contextos. O facto, porém, de este ser o único consumo que se diferenciou entre pessoas vitimizadas e não vitimizadas, constitui um dado inesperado, visto que os canabinoides não são reportados na investigação como uma SPA que seja típica ou particularmente associada à AS. As expectativas em relação ao seu consumo e a quem consome passam pelo relaxamento, potenciação de capacidades e de socialização e uma melhoria do humor. Levanta-se, assim, a hipótese de que a pessoa que consome esta substância poderá interagir com um maior número de pessoas que não conhece e ser percebida como mais acessível, mais vulnerável ou mais permissiva.

Tal como foi referido no capítulo I, os estudos revelam que as mulheres que falam com desconhecidos são consideradas mais promíscuas e mais merecedoras de agressões sexuais. Mustaine e Tewksbury (2002) verificaram que o consumo de outras SPAs ilícitas poderia estar mais relacionado com o risco de ser sexualmente vitimizado do que o consumo do álcool. No caso português, Lomba e colaboradores (2011) encontraram que se consumia álcool, cannabis e cocaína de modo a facilitar o envolvimento em comportamentos sexuais. Se esta noção é partilhada pelos frequentadores portugueses de CFs, o seu consumo poderá contribuir para a ideia de disponibilidade sexual de quem consome, aumentando o risco de se ser sexualmente vitimizado.

No que diz respeito aos consumos das pessoas que agrediram sexualmente, evidenciou-se que o consumo de LSD, anfetaminas e *ecstasy* estava negativamente relacionado com a agressão. Neste sentido, e ao contrário da ideia dominante no senso comum e nos *media*, o consumo de *ecstasy* poderá agir como fator protetor da agressão sexual. Este resultado vai ao encontro do constatado noutras investigações, tendo em conta os valores e expectativas associados ao consumo de *ecstasy* e partilhados pelos consumidores de LSD, nomeadamente, a procura de bem-estar, prazer, felicidade, de sensações fortes e, consequentemente, de formas de comunicação e partilha nas quais a sensualidade e o toque são permitidos, mas a sexualização é condenada (Chaves, 2003; Henriques, 2003). A relação negativa com o consumo de anfetaminas não era esperada, no sentido em que é um consumo mais associado à cena *mainstream* e onde os únicos significados encontrados iam no sentido de ser uma SPA associada a sentimentos de

grandiosidade e de agressividade, o que poderia impulsionar a AS. Contudo, se se tiver em conta que o consumo de *ecstasy* está relacionado com o consumo desta substância e que, por vezes, são vendidos como similares ou consumidos simultaneamente, poder-se-á explicar a correlação negativa com a perpetração da agressão através da apropriação de expectativas e valores associados ao *ecstasy*.

Apesar de não se conseguir analisar comparativamente o consumo de álcool (por este consumo se verificar em todas as pessoas que já consumiram SPAs), a presença homogénea deste consumo nos CFs pode ser um fator-chave para a ocorrência de AS. Deste modo, os efeitos do consumo de álcool ao nível da cognição e redução de ansiedade, assim como os efeitos esperados e as crenças associadas ao seu consumo, poderão interagir aumentando o risco de vitimização e agressão.

No presente estudo as pessoas vitimizadas foram principalmente mulheres jovens, embora não existam diferenças significativas em relação à variável sexo, devido ao reduzido número de respondentes do sexo masculino na nossa amostra. Este resultado é concordante com o encontrado na maioria dos estudos empíricos, nos quais o ser mulher surge como um fator de risco da vitimação. No caso das pessoas que agrediram, já se verificaram diferenças significativas, com uma percentagem de homens que agrediu significativamente superior à das mulheres. Também este resultado é congruente com o revisto na literatura, isto é, ser homem poderá incrementar a probabilidade de agredir.

Crenças sobre a agressão sexual

Relativamente à agressão sexual, tal como previsto, verificou-se que as pessoas que agrediram apresentam um score mais elevado no fator 3 da ECVS comparativamente às pessoas que não agrediram. Este fator comporta a ideia de que a vítima consente ou induz a relação, desejando e sentido prazer na AS. Verificou-se, assim, que a crença de que algumas pessoas têm o desejo de ser violadas e gostariam que tal acontecesse foi distintamente significativa para este grupo, em relação à restante amostra. Estes resultados permitem-nos inferir que, de facto, as pessoas que agridem apresentam crenças que legitimam o seu comportamento. Neste grupo verificou-se ainda a existência da crença de que forçar alguém com quem se tem uma relação íntima a ter sexo não é uma violação.

Curiosamente, e ao contrário do esperado, apesar da maioria das pessoas que agridem consumirem SPAs em CFs, as suas crenças em relação ao consumo na agressão sexual não se diferenciam significativamente das crenças da restante amostra. Seria

esperado, igualmente, que as pessoas que agredem tivessem mais crenças em relação à promiscuidade e não respeitabilidade da vítima, assim como crenças de género em relação à mulher vítima, à provocação da vítima, à inveracidade das suas alegações e à ideia de violação típica, de modo a legitimar os seus comportamentos como não agressivos e/ou a responsabilizar a pessoa vitimizada pelos seus comportamentos. No entanto, tal não foi encontrado.

Quando analisamos as crenças consoante o tipo de agressão sexual, deparamo-nos com diferenças significativas não esperadas. As pessoas que agrediram na situação “Beijar” e “Roçar” apresentam um score mais baixo na crença 18 da ECVS do que a restante amostra. Ou seja, partilham menos crenças de que algumas pessoas desejam secretamente ser violadas. Há, assim, um padrão geral de crenças na agressão que não se verifica no caso das pessoas que agredem nestes dois comportamentos.

Ainda, no que diz respeito às pessoas que agrediram na situação “Roçar”, estas apresentaram um menor score nas crenças relativas à falta de autocontrolo da pessoa que agride, ao desejo secreto das mulheres quererem ter relações sexuais mesmo quando o negam e ao consentimento da vítima.

Uma das possíveis explicações, para estes resultados inesperados, é a de que estas pessoas se diferenciam das restantes por adotarem comportamentos agressivos “menos severos”, como o comportamento “Beijar” e o “Roçar”.

Neste sentido, se se quer compreender a AS em CFs poderá ser necessário distinguir a agressão consoante o seu tipo e gravidade. É necessário, contudo, ressaltar-se que não se pretende afirmar que as agressões são mutuamente exclusivas, mas que alguns agressores que partilham crenças distintas dos restantes poderão ter tendência para adotar exclusivamente comportamentos “menos severos”.

Crenças das Pessoas Vitimizadas

Ao analisar-se as respostas do grupo de pessoas vitimizadas, verifica-se que as mesmas têm um score significativamente inferior no factor 1, violação estereotipada, do que a restante amostra. Ou seja, as suas crenças são menos congruentes com a violação estereotipada, principalmente nas crenças que dizem respeito à existência de um passado sexual e ausência de violência física como dimensões que reduzem o cariz de agressão atribuído ao comportamento adotado.

Este resultado indica que as pessoas vitimizadas não apresentam uma visão tão estereotipada de agressão sexual, como a das pessoas que não foram alvo desta agressão.

Este resultado é interessante, ainda, visto que apesar de não haver uma visão rígida sobre o fenómeno agressão sexual por parte das pessoas vitimizadas, a maioria não considera que foi vítima de agressão sexual.

Ao verificar a associação entre as pessoas vitimizadas segundo os diferentes tipos de agressão e as crenças, encontrou-se que os comportamentos mais frequentes como “Roçar” e “Beijar” não seguiram a tendência encontrada na vitimização geral. As pessoas alvo de vitimização do comportamento “Beijar” têm mais crenças do que as pessoas da restante amostra, no que diz respeito à culpabilização da pessoa vitimizada pela agressão sofrida e à ideia estereotipada de violação.

Neste sentido verificou-se que as pessoas vitimizadas na situação “Beijar” frequentavam com muita regularidade os contextos festivos, o que não se verificou no grupo geral de pessoas vitimizadas. Apesar deste resultado não aparecer no estudo devido à limitação de espaço, pensa-se pertinente falar do mesmo, de modo a compreender as diferenças ao nível das crenças na vitimização “Beijar”. O facto de se frequentar CFs com maior regularidade poderá, assim, implicar uma maior assimilação de valores e da ética de funcionamento destes contextos. Ao adotarem estratégias de gestão de risco nos CFs, de forma a impedir a agressão sexual, as mulheres colocam a responsabilidade de impedir a ocorrência destes comportamentos em si mesmas. Neste sentido, quando a AS acontece, as mulheres atribuem a culpa à mulher vítima (Kavanaugh & Aderson, 2009). Esta atribuição de culpa é feita, também, pela própria pessoa vitimizada (idem). Desta forma é possível perceber porque uma maior frequência de contextos festivos está mais associada a crenças de culpabilização da vítima e à ideia estereotipada de agressão, que por sua vez compactua com a responsabilização da vítima.

Refletindo sobre os resultados deste estudo, considera-se pertinente apontar algumas limitações. Relativamente à amostra, consideramos que o seu tamanho e o enviesamento de género limitam a possibilidade de generalização dos resultados. Da mesma forma, o elevado número de estudantes universitários na amostra e de residentes no Porto, assim como a presença relativamente pequena de utilizadores de contextos *underground*, poderão ter tido alguma influência nos resultados encontrados.

Construiu-se um questionário com vista a proceder a uma primeira caracterização da AS ocorrida em CF. Se, por um lado, este estudo cumpre o seu propósito de contribuir para a caracterização do panorama nacional do fenómeno, por outro, apresenta a limitação de ignorar algumas especificidades. Neste sentido, se fossem realizadas questões mais específicas, por exemplo, questionar em que contexto festivo ocorreu uma situação

específica de agressão sexual, poder-se-iam obter informações mais concretas que poderiam ser relevantes para a compreensão do fenómeno.

Por sua vez, a própria metodologia quantitativa, embora tendo a vantagem de permitir uma recolha de dados em maior quantidade num curto espaço de tempo, apresenta desvantagens, sendo que, ao limitar-se à partida a qualidade e a natureza das informações recolhidas, se poderá estar a negligenciar variáveis importantes para um mais aprofundado conhecimento do fenómeno. Seria, por isso, importante e útil o desenvolvimento de estudos qualitativos com recurso a metodologias de observação no terreno, observação participante e/ou entrevistas em profundidade, que nos permitissem aceder aos significados e funções dos consumos nos diferentes CFs, aos significados atribuídos aos diferentes tipos de AS e a uma mais completa compreensão da relação destes com o uso de SPAs. Outro caminho possível para a investigação passa por perceber melhor as crenças e significados dos consumos de SPAs na *cena mainstream* portuguesa, para além dos estudos realizados até então em determinadas subculturas, assim como as crenças acerca da AS.

Poder-se-ia, igualmente, recolher narrativas acerca das agressões e dos consumos junto de pessoas envolvidas em atos de AS em CF e procurar perceber mais especificamente quais as suas crenças em relação a papéis de género, à agressão sexual, às expectativas e crenças em relação, não só aos consumos, mas também aos comportamentos a esperar em determinados CFs.

Pensa-se que o principal objetivo deste trabalho, o de aumentar conhecimento sobre a agressão sexual na realidade portuguesa e a sua interação com fatores contextuais, consumos e crenças foi alcançado. Neste sentido espera-se que o conhecimento produzido consiga contribuir para um apoio mais eficaz às pessoas vitimizadas, uma maior consciencialização e, consequentemente, aumento de proteção das pessoas que frequentam contextos festivos, para um maior e melhor esforço no sentido de se criar medidas preventivas que poderão antever e evitar a ocorrência deste tipo de violência em contextos festivo e, entre outros, para um funcionamento mais adequado do sistema de justiça.

Referências Bibliográficas

- Abbey, A., McAuslan, P. & Ross, L. T. (1998). Sexual assault perpetration by college men: The role of alcohol, misperception of sexual intent, and sexual beliefs and experiences. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 17(2), 167.
- Abbey, A. (2002). Alcohol-related sexual assault: A common problem among college students. *Journal of studies on alcohol. Supplement*, 14, 118.
- Abbey, A. & McAuslan, P. (2004). A longitudinal examination of male college students' perpetration of sexual assault. *Journal of consulting and clinical psychology*, 72(5), 747.
- Abbey, A., Zawacki, T., Buck, P. O., Clinton, A. M. & McAuslan, P. (2004). Sexual assault and alcohol consumption: What do we know about their relationship and what types of research are still needed? *Aggression and violent behavior*, 9(3), 271-303.
- Abbey, A. (2011). Alcohol's role in sexual violence perpetration: Theoretical explanations, existing evidence and future directions. *Drug and alcohol review*, 30(5), 481-489.
- Anderson, I. (2007). What is a typical rape? Effects of victim and participant gender in female and male rape perception. *British journal of social psychology*, 46(1), 225-245.
- Balvanes, M. & Caputi, P. (2001). *Introduction to quantitative research methods* (1st edition). London: Sage Publications.
- Becker, S. & Tinkler, J. (2015). "Me Getting Plastered and Her Provoking My Eyes" Young People's Attribution of Blame for Sexual Aggression in Public Drinking Spaces. *Feminist criminology*, 10(3), 235-258.
- Bernardo, M. & Carvalho, M. C. (2012). O significado do uso de drogas no discurso de jovens consumidores portugueses. *Health and Addictions*, 12(2), 227-252.
- Bonett, D. G. & Wright, T. A. (2000). Sample size requirements for estimating Pearson, Kendall and Spearman correlations. *Psychometrika*, 65(1), 23-28.
- Buddie, A. M. & Parks, K. A. (2003). The role of the bar context and social behaviors on women's risk for aggression. *Journal of Interpersonal Violence*, 18(12), 1378-1393.

- Calado, V. (2006). *Drogas Sintéticas. Mundos Culturais, Música Trance e Ciberespaço. Observatório de Drogas e Toxicodependências*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Chaves, M. (2003). Rave: Imagens e éticas de uma festa contemporânea. In Cordeiro, G. Í., Baptista, L.V. & Costa, A.F., *Etnografias urbanas* (pp.191-204). Oeiras: Celta Editora.
- Cohen, L. E. & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American sociological review*, 588-608.
- Cruz, O. (2011). *Histórias e trajetórias de consumidores 'não problemáticos' de drogas ilícitas*. Unpublished master's thesis, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Decreto-Lei 83/2015 de 5 de agosto da Assembleia da República, 2015*. Diário da República, 1ª série – Nº 151 (2015). pp. 5375-5377. Acedido a setembro 9, 2016. Disponível em www.dre.pt.
- Decreto-Lei 59/2007 de 27 de março da Assembleia da República, 2007*. Diário da República, 1ª série – Nº 59 (2015). pp. 1698-1720. Acedido a setembro 9, 2016. Disponível em www.dre.pt.
- Folgar, M. I., Rivera, F. F., Sierra, J. C. & Vallejo-Medina, P. (2015). Binge drinking: conductas sexuales de riesgo y drogas facilitadoras del asalto sexual en jóvenes españoles. *Suma Psicológica*, 22(1), 1-8.
- Fonte, C. & Manita, C. (2003). Consumos de drogas em estudantes da Universidade do Minho: construções de significados. *Toxicodependências*, 9(3), 61-74.
- Fox, J. G. & Sobol, J. J. (2000). Drinking patterns, social interaction, and barroom behavior: A routine activities approach. *Deviant Behavior*, 21(5), 429-450.
- Gil, A. C. (2001). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (4ª edição) São Paulo: Atlas.
- Grubb, A. & Harrower, J. (2008). Attribution of blame in cases of rape: An analysis of participant gender, type of rape and perceived similarity to the victim. *Aggression and Violent Behavior*, 13(5), 396-405.
- Grubb, A. & Turner, E. (2012). Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. *Aggression and Violent Behavior*, 17(5), 443-452.
- Hagemann, C. T., Helland, A., Spigset, O., Espnes, K. A., Ormstad, K. & Schei, B. (2013). Ethanol and drug findings in women consulting a Sexual Assault Center—Associations with clinical characteristics and suspicions of drug-facilitated sexual assault. *Journal of forensic and legal medicine*, 20(6), 777-784.

- Henriques, S. (2003). Novos consumos em ambientes de lazer: “Risco cultivado”? In Cordeiro, G. Í., Baptista, L.V. & Costa, A.F. (eds). *Etnografias urbanas* (pp.179-189). Oeiras: Celta Editora.
- Horvath, M. A. & Brown, J. (2006). The role of drugs and alcohol in rape. *Medicine, science and the law*, 46(3), 219-228.
- Howell, D. C. (1997). *Statistical methods for psychology* (4th edition). USA: Duxbury Press.
- Hutton, F. (2004). 'Up for it, mad for it? Women, drug use and participation in club scenes'. *Health, risk & society*, 6(3), 223-237.
- Jansen, K. L. & Theron, L. (2006). Ecstasy (MDMA), methamphetamine, and date rape (drug-facilitated sexual assault): a consideration of the issues. *Journal of psychoactive drugs*, 38(1), 1-12.
- Kavanaugh, P. R. & Anderson, T. L. (2009). Managing physical and sexual assault risk in urban nightlife: individual-and environmental-level influences. *Deviant Behavior*, 30(8), 680-714.
- Kavanaugh, P. R. (2013). The Continuum of Sexual Violence Women’s Accounts of Victimization in Urban Nightlife. *Feminist Criminology*, 8(1), 20-39.
- Kavanaugh, P. R. (2015). Pathways on the sexual violence continuum: A lifestyles theory of victimization in urban nightlife. *Journal of Crime and Justice*, 38(4), 454-472.
- Koss, M. P. & Oros, C. J. (1982). Sexual Experiences Survey: a research instrument investigating sexual aggression and victimization. *Journal of consulting and clinical psychology*, 50(3), 455.
- Koss, M. P., Abbey, A., Campbell, R., Cook, S., Norris, J., Testa, M., Ullman, S., West, C. & White, J. (2007). Revising the SES: A collaborative process to improve assessment of sexual aggression and victimization. *Psychology of Women Quarterly*, 31(4), 357-370.
- Leonard, K. E. (1989). The impact of explicit aggressive and implicit nonaggressive cues on aggression in intoxicated and sober males. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 15(3), 390-400.
- Loiselle, M. & Fuqua, W. R. (2007). Alcohol's effects on women's risk detection in a date-rape vignette. *Journal of American College Health*, 55(5), 261-266.
- Lomba, L., Apóstolo, J., Mendes, F. & Campos, D. C. D. (2011). Jovens portuguesas que frequentam ambientes recreativos nocturnos. Quem são e comportamentos que adoptam. *Toxicodependências*, 17(1), 3-15.

- Lopes, J. T., Bóia, P. D. S., Ferro, L. & Guerra, P. (2010). Género e música electrónica de dança: experiências, percursos e retratos de mulheres clubbers. *Sociologia, Problemas e práticas*, 62, 35-56.
- Martins, S., Machado, C., Abrunhosa, R. & Manita, C. (2012). Escala de crenças sobre violência sexual (ECVS). *Análise Psicológica*, 30(1-2), 177-191.
- Martins, D., Valente, H. & Pires, C. (2015). CHECK! NG: A última fronteira para a Redução de Riscos em contextos festivos. *Saúde e Sociedade*, 24(2), 646-660.
- McKimmie, B. M., Masser, B. M. & Bongiorno, R. (2014). What counts as rape? The effect of offense prototypes, victim stereotypes, and participant gender on how the complainant and defendant are perceived. *Journal of interpersonal violence*, 1-31.
- Minnaert, M. (2012). *Cultura raver. Estudo sociológico sobre os consumos de droga e os estilos de vida das tribos pós-modernas*. Unpublished master's thesis, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Miranda, A. (2007). *Relação Fusional Clubbing e drogas – Percepções pelos profissionais do ócio nocturno*. Unpublished master's thesis, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal.
- Monk, L. & Jones, A. (2014). Alcohol consumption as a risk factor for sexual assault: A retrospective analysis. *Journal of forensic and legal medicine*, 23, 55-61.
- Monson, C. M., Langhinrichsen-Rohling, J. & Binderup, T. (2000). Does “no” really mean “no” after you say “yes”? Attributions about date and marital rape. *Journal of Interpersonal Violence*, 15(11), 1156-1174.
- Mustaine, E. E., & Tewksbury, R. (2002). Sexual assault of college women: A feminist interpretation of a routine activities analysis. *Criminal Justice Review*, 27(1), 89-123.
- Olszewski, D. (2009). Sexual assaults facilitated by drugs or alcohol. *Drugs: Education, prevention and policy*, 16(1), 39-52.
- Parkhill, M. R. & Abbey, A. (2008). Does alcohol contribute to the confluence model of sexual assault perpetration?. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 27(6), 529-554.
- Parks, K. A. & Miller, B. A. (1997). Bar victimization of women. *Psychology of Women Quarterly*, 21(4), 509-525.
- Peterson, J. B., Rothfleisch, J., Zelazo, P. D. & Pihl, R. O. (1990). Acute alcohol intoxication and cognitive functioning. *Journal of studies on alcohol*, 51(2), 114-122.

- Rhodes, T. (2002). The 'risk environment': a framework for understanding and reducing drug-related harm. *International Journal of Drug Policy*, 13(2), 85-94.
- Schwartz, M. D. & Pitts, V. L. (1995). Exploring a feminist routine activities approach to explaining sexual assault. *Justice Quarterly*, 12(1), 9-31.
- Scott-Ham, M. & Burton, F. C. (2005). Toxicological findings in cases of alleged drug-facilitated sexual assault in the United Kingdom over a 3-year period. *Journal of clinical forensic medicine*, 12(4), 175-186.
- Trigueiros, L. & Carvalho, M. C. (2010). Novos usos de drogas: um estudo qualitativo a partir das trajetórias de vida. *Toxicodependências*, 16(3), 29-44.
- Ullman, S. E., Karabatsos, G. & Koss, M. P. (1999). Alcohol and sexual assault in a national sample of college women. *Journal of interpersonal violence*, 14(6), 603-625.
- Ullman, S. E. (2003). A critical review of field studies on the link of alcohol and adult sexual assault in women. *Aggression and Violent Behavior*, 8(5), 471-486.
- van der Bruggen, M. & Grubb, A. (2014). A review of the literature relating to rape victim blaming: An analysis of the impact of observer and victim characteristics on attribution of blame in rape cases. *Aggression and violent behavior*, 19(5), 523-531.
- Whatley, M. A. (1996). Victim characteristics influencing attributions of responsibility to rape victims: A meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 1(2), 81-95.

Anexos

Anexo A: Questionário

Agressão Sexual em Contextos Festivos e Consumo de Substâncias Psicoativas

Este questionário integra um estudo em curso no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, a realizar por Carolina Mara dos Ramos Gomes de Barros, sob orientação da Professora Doutora Celina Manita, com o tema “Agressão Sexual em Contextos Festivos e Consumo de Substâncias Psicoativas”.

Todas as informações recolhidas são anónimas e confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para este estudo e analisadas conjuntamente com os restantes questionários preenchidos, não individualmente.

O questionário que se segue é composto por duas partes e esperamos que tenha vontade de responder a ambas. Pedimos-lhe que complete, pelo menos, a primeira parte e no fim, em função do tema em estudo e da forma como se sentir a responder, decida se pretende cessar a sua colaboração aí ou avançar para a segunda parte. Cada parte demora cerca de 10 minutos a responder.

Se surgir alguma dúvida sobre o estudo ou quiser saber mais alguma informação, por favor, envie e-mail para mipsi11089@fpce.up.pt.

Agradecemos desde já o seu contributo que é fundamental para a prossecução deste estudo.

Consentimento

Ao responder a este questionário declaro que tenho mais de 18 anos e que li e compreendi tudo o que foi previamente referido, desejando colaborar no estudo.

Sei que em qualquer momento poderei desistir desta colaboração, para tal bastando fechar esta página, sem que isso acarrete qualquer consequência para mim.

1. Já frequentou contextos festivos?

(ex.: Bares, Festivais, Queima das Fitas, Discotecas)

☐ Sim
☐ Não

Parte I:

2. Indique com que frequência (em média) costuma frequentar contextos festivos.

(ex.: Bares, Festivais, Queima das fitas, Discotecas)

- a. Mais de 2 vezes por semana
- b. 1 a 2 vezes por semana
- c. 1 a 2 vezes por mês
- d. Menos de 1 vez por mês

3. Indique que tipos de contextos festivos frequenta/frequentou.

(ex.: Bares, Discotecas, Raves Techno, Raves Trance, Festivais de Verão, Semana Académica)

4. Alguma vez consumiu substâncias psicoativas em contextos festivos?

(ex.: Alcool, Cannabis, Ecstasy):

☐ Sim
☐ Não

5. Se sim, indique com que frequência consome substâncias psicoativas em contextos festivos.

- a. Todas as vezes
- b. Na maioria das vezes
- c. Algumas vezes
- d. Raramente

6. Se sim, indique que substâncias consome/já consumiu nestes contextos.

☐ Alcool
☐ Cannabis
☐ Ecstasy
☐ LSD
☐ Cocaína
☐ Anfetaminas
☐ Heroína
☐ Outras: _____

7. Idade:

8. Sexo:

9. Neste momento encontra-se envolvido/a em alguma relação íntima?

☐ Sim
☐ Não

10. Se sim, há quanto tempo?

11. Estado civil:

- a. Solteiro/a
- b. Casado/a ou em União de Facto
- c. Divorciado/a ou Separado/a
- d. Numa relação de namoro ou similar
- e. Viúvo/a

12. Local de Residência:

13. Área de formação/Trabalho:

Parte II

Responda consoante a sua experiência, pensando apenas em situações que tenham ocorrido em contextos festivos.

Pode assinalar mais do que uma alínea.

14. Alguém tentou beijar ou beijou outra pessoa sem o seu consentimento/contra a sua vontade.

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

15. A pessoa que o fez consumi:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

16. A pessoa a quem o fizeram consumi:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

17. Alguém se encostou ou roçou contra as áreas privadas do corpo de outra pessoa (seios/peito, área genital, rabo) sem o seu consentimento/contra a sua vontade.

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

18. A pessoa que o fez consumi:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

19. A pessoa a quem o fizeram consumir:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

20. Alguém tentou fazer a outra pessoa ou tentou forçar outra pessoa a fazer-lhe sexo oral sem o seu consentimento/contra a sua vontade.

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

21. A pessoa que o fez consumir:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

22. A pessoa a quem o fizeram consumir:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

23. Alguém forçou outra pessoa a fazer-lhe ou fez sexo oral a outra pessoa sem o seu consentimento/contra a sua vontade.

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

24. A pessoa que o fez consumiu:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

25. A pessoa a quem o fizeram consumiu:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

26. Alguém obrigou outra pessoa a masturbá-lo/a ou masturbou outra pessoa (manualmente ou com objetos) sem o seu consentimento/contra a sua vontade.

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

27. A pessoa que o fez consumiu:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

28. A pessoa a quem o fizeram consumir:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

29. *Alguém masturbou outra pessoa (manualmente ou com objetos) sem o seu consentimento/contra a sua vontade.*

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

30. A pessoa que o fez consumir:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

31. A pessoa a quem o fizeram consumir:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

32. *Alguém tentou inserir dedos ou objetos na vagina de outra pessoa ou, no caso de ser um homem, tentou colocar o pénis na vagina de outra pessoa sem o seu consentimento/contra a sua vontade.*

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

33. A pessoa que o fez consumiu:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

34. A pessoa a quem o fizeram consumiu:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

35. Alguém inseriu dedos ou objectos na vagina de outra pessoa ou, no caso de ser um homem, colocou o pénis na vagina de outra pessoa contra a sua vontade/sem o seu consentimento.

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

36. A pessoa que o fez consumiu:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

37. A pessoa a quem o fizeram consumir:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

38. Alguém tentou inserir dedos ou objetos no ânus de outra pessoa ou, no caso de ser um homem, tentou colocar o pênis no ânus de outra pessoa sem o seu consentimento/contra a sua vontade.

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

39. A pessoa que o fez consumir:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

40. A pessoa a quem o fizeram consumir:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

41 - Alguém inseriu dedos ou objetos no ânus de outra pessoa ou, no caso de ser um homem, colocou o pênis no ânus de outra pessoa sem o seu consentimento/contra a sua vontade.

- ☐ Já me contaram que o fizeram a alguém ou que alguém lhes fez isto
- ☐ Já vi isto a acontecer
- ☐ Eu já fiz isto a alguém
- ☐ Já me fizeram isto
- ☐ Nenhuma se adequa

Se assinalou a alínea “Nenhuma se adequa” avance para a próxima página clicando no “Seguinte” ou “Próxima”

Tem conhecimento de que algum dos intervenientes tenha consumido substâncias psicoativas nessa ocasião ou ocasiões? (Pode assinalar mais do que uma alínea)

42. A pessoa que o fez consumiu:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

43. A pessoa a quem o fizeram consumiu:

- ☐ Não sei/não tenho conhecimento disso
- ☐ Não consumiu substâncias psicoativas
- ☐ Álcool
- ☐ Cannabis
- ☐ Ecstasy
- ☐ LSD
- ☐ Cocaína
- ☐ Anfetaminas
- ☐ Heroína
- ☐ Outras: _____

Fim da Parte II

Se quiser dispensar mais alguns minutos a colaborar neste estudo, por favor avance para a segunda parte respondendo “continuar”. Se tiver disponibilidade seria importante para o estudo que continuasse a responder à segunda parte. Se não quiser continuar a colaborar no estudo pode dar por terminado o questionário aqui respondendo “terminar”.

Quer tenha concluído aqui quer avance para a segunda parte, muito obrigada pela sua colaboração!

44. O que pretende fazer:

- ☐ Continuar
- ☐ Terminar

Parte III

45. Considera que já foi vítima de agressão sexual?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não Sei

46. Considera que já agrediu alguém sexualmente?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não Sei

47. Considera que já foi vítima de violação?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não Sei

48. Considera que já violou alguém?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não Sei

Parte IV

Escala de Crenças sobre Violência Sexual

(Martins, Machado, Abrunhosa e Manita, 2012)

49. Assinale, usando uma escala que vai de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente), o seu grau de concordância com as seguintes questões:

	1	2	3	4	5
1 – Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima.					
2 – Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então, não se pode falar de violência sexual.					
3 – Só são vítimas de agressões sexuais as pessoas "indecentes".					
4 – Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros/as é que cometem agressões sexuais.					
5 – As pessoas dizem que foram vítimas de violência sexual quando se querem vingar de alguém.					
6 – Forçar o(a) cônjuge (marido/esposa) a ter relações sexuais não é violação.					
7 – Há pessoas que merecem ser violadas.					
8 – Há um certo ponto a partir do qual nenhum homem/nenhuma mulher é de ferro.					
9 – Se não for usada violência física, não se pode dizer que o acto sexual foi forçado.					
10 – Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes, querem dizer sim.					
11 – Se uma pessoa provoca sexualmente outra, não se pode depois queixar de ter sido violada.					
12 – A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada.					
13 – Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua, se for vítima de uma agressão sexual.					
14 – Muitas queixas de violação são inventadas quando os/as companheiros/as expressam o desejo de terminar a relação.					
15 – Os agressores sexuais, na sua maioria, são pessoas com um aspecto diferente das outras.					
16 – Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar a outra, então, a agressão sexual é pouco grave.					
17 – Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas.					
18 – Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse.					
19 – Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a ter sexo.					
20 – Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem do que fizeram.					
21 – Se uma pessoa violada tiver um comportamento sexual «indecente», então, a agressão sexual é menos grave.					
22 – Forçar o/a namorado/a a ter relações sexuais não é violação.					
23 – Uma queixa de violação feita dias após o acto, provavelmente, não é verdadeira.					
24 – Uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais pode ser uma forma de expressar amor e envolvimento.					
25 – Se uma pessoa não resistir fisicamente, então, não se pode dizer que foi vítima de agressão sexual.					
26 – “Quem anda à chuva molha-se”, quem não quiser ser agredido sexualmente deve evitar expor-se ao risco.					
27 – Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob efeito de outras drogas, então, pelo menos uma parte da culpa é dela.					
28 – Se uma pessoa aceita algum acto de natureza sexual com outra (e.g., carícias, beijos), então, isso quer dizer que ela aceita ter relações sexuais com essa pessoa.					
29 – Se uma pessoa não quiser mesmo ser violada, ela consegue defender-se.					
30 – Se uma pessoa violada já não era virgem, a violação é menos grave.					

Parte V

50. Assinale, usando uma escala que vai de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente), o seu grau de concordância com as seguintes questões:

	1	2	3	4	5
1 – Se a pessoa que cometeu a agressão sexual estava alcoolizada ou sob o efeito de drogas, não teve consciência do que fez.					
2 – Se a pessoa que cometeu a agressão sexual estava alcoolizada ou sob o efeito de drogas, não deve ser considerada responsável pelos seus actos.					
3 – Se a pessoa que cometeu a agressão sexual estava alcoolizada ou sob o efeito de drogas, não deve ser criminalmente punida pelos seus actos.					
4 – Se as duas pessoas estavam alcoolizadas ou sob o efeito de drogas, não se pode considerar que ocorreu um crime de violação ou outra agressão sexual.					
5 – Se a pessoa que foi vítima da agressão sexual estava alcoolizada ou sob o efeito de drogas, não se pode considerar que ocorreu um crime de violação ou outra agressão sexual.					
6 – Se a pessoa que foi vítima da agressão sexual estava alcoolizada ou sob o efeito de drogas, ela é, pelo menos parcialmente, responsável pelo que lhe aconteceu.					

Muito obrigada pela sua colaboração!

Caso a resposta a estas questões o/a tenha afectado negativamente de algum modo ou sinta que pode precisar de ajuda especializada para si ou para alguém conhecido, poderá contactar as seguintes instituições de apoio a vítimas e a agressores:

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
116 006 (chamada gratuita, dias úteis, 9h-19h / sábados, 10h-13h)

GEAV Porto – Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas
Rua Alfredo Allen,
4200-135 Porto Portugal
9h30 - 12h30
14h00 - 19h00
secretariado_consultas@fpce.up.pt
Telefone: 220 400 600

Unidade de Psicologia da Justiça e Comunitária Minho
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
09:00h às 19:00h
e-mail: servpsi@psi.uminho.pt
Telefone: 253 604 245
253 604 681

Anexo B: Área de Formação/Trabalho

Tabela 5. Frequências relativas à área de formação/trabalho

	Frequência	Frequência (%)	Frequência acumulada (%)
Psicologia	79	43,6	43,6
Sociologia	2	1,1	44,8
Serviço Social	3	1,7	46,4
Direito	7	3,9	50,3
Medicina	14	7,7	58,0
Medicina Dentária	8	4,4	62,4
Saúde	11	6,1	68,5
Ciências farmacêuticas	1	,6	69,1
Reabilitação Psicomotora	2	1,1	70,2
Biologia	4	2,2	72,4
Enfermagem	1	,6	72,9
Engenharia	3	1,7	74,6
Jornalismo	2	1,1	75,7
Comunicação	3	1,7	77,3
Gestão e Finanças	9	5,0	82,3
Função Pública	3	1,7	84,0
Marketing	2	1,1	85,1
Artes	2	1,1	86,2
Design	1	,6	86,7
Arquitetura	2	1,1	87,8
Artes performativas	2	1,1	89,0
Turismo	3	1,7	90,6
Geografia	1	,6	91,2
Arqueologia	1	,6	91,7
Línguas e Tradução	2	1,1	92,8
Relações Internacionais	1	,6	93,4
Atendimento ao Público	1	,6	93,9
Educação e Ensino	4	2,2	96,1
Desporto e Atividade Física	2	1,1	97,2
Administração	2	1,1	98,3
Massoterapia	2	1,1	99,4
Comercial	1	,6	100,0
Total	181	100,0	100,0

Anexo C: Local de Residência por Distrito

Tabela 6. Frequências relativas ao local de residência por distrito

	Frequência	Frequência (%)	Frequência acumulada (%)
Porto	144	61,5	61,5
Braga	13	5,6	67,1
Aveiro	11	4,7	71,8
Viseu	5	2,1	73,9
Coimbra	4	1,7	75,6
Lisboa	8	3,4	79,1
Évora	4	1,7	80,8
Madeira	28	12,0	92,7
Açores	8	3,4	96,2
Guarda	1	,4	96,6
Vila Real	2	,9	97,4
Leiria	3	1,3	98,7
Viana do Castelo	2	,9	99,6
Castelo Branco	1	,4	100,0
Total	234	100,0	100,0

Anexo D: Local de Residência das Pessoas Vitimizadas

Tabela 7. Frequências relativas ao local de residência das pessoas vitimizadas

	Frequência	Frequência	Frequência
		(%)	acumulada (%)
Porto	93	69,9	69,9
Braga	6	4,5	74,4
Aveiro	6	4,5	78,9
Viseu	1	0,8	79,7
Coimbra	2	1,5	81,2
Lisboa	4	3,0	84,2
Évora	1	0,8	85,0
Madeira	13	9,8	94,7
Açores	6	4,5	99,2
Castelo Branco	1	0,8	100,0
Total	133	100,0	100,0

Anexo E: Área de Formação/Trabalho das Pessoas Vitimizadas

Tabela 8. Frequências relativas à área de formação/trabalho das pessoas vitimizadas

	Frequência	Frequência (%)	Frequência acumulada (%)
Psicologia	45	42,5	42,5
Serviço Social	2	1,9	44,3
Direito	3	2,8	47,2
Medicina	11	10,4	57,5
Medicina Dentária	6	5,7	63,2
Saúde	8	7,5	70,8
Ciências farmacêuticas	1	0,9	71,7
Biologia	3	2,8	74,5
Engenharia	2	1,9	76,4
Jornalismo	1	0,9	77,4
Comunicação	1	0,9	78,3
Gestão e Finanças	5	4,7	83,0
Marketing	1	0,9	84,0
Artes	1	0,9	84,9
Design	1	0,9	85,8
Artes performativas	1	,9	86,8
Turismo	3	2,8	89,6
Geografia	1	,9	90,6
Arqueologia	1	,9	91,5
Línguas e Tradução	2	1,9	93,4
Relações Internacionais	1	0,9	94,3
Educação e Ensino	2	1,9	96,2
Desporto e Atividade Física	2	1,9	98,1
Massoterapia	1	0,9	99,1
Comercial	1	0,9	100,0
Total	106	100,0	100,0

Anexo F: Área de Formação/Trabalho das Pessoas que Agrediram

Tabela 9. Frequências relativas à área de formação/trabalho das pessoas que agrediram

	Frequência	Frequência (%)	Frequência acumulada (%)
Psicologia	3	21,4	21,4
Direito	1	7,1	28,6
Medicina	1	7,1	35,7
Medicina Dentária	2	14,3	50,0
Saúde	2	14,3	64,3
Jornalismo	1	7,1	71,4
Gestão e Finanças	2	14,3	85,7
Línguas e Tradução	1	7,1	92,9
Comercial	1	7,1	100,0
Total	14	100,0	

Anexo G: Designação dada aos tipos de Agressão Sexual e itens do questionário correspondentes

Tabela 10. Designação dada aos tipos de Agressão Sexual e itens do questionário correspondentes

Tipos de Agressão	Pergunta do Questionário
“Beijar”	14. Alguém tentou beijar ou beijou outra pessoa sem o seu consentimento/contra a sua vontade.
“Roçar”	17. Alguém se encostou ou roçou contra as áreas privadas do corpo de outra pessoa (seios/peito, área genital, rabo) sem o seu consentimento/contra a sua vontade.
“Tentou praticar sexo oral”	20. Alguém tentou fazer a outra pessoa ou tentou forçar outra pessoa a fazer-lhe sexo oral sem o seu consentimento/contra a sua vontade.
“Sexo oral”	20. Alguém tentou fazer a outra pessoa ou tentou forçar outra pessoa a fazer-lhe sexo oral sem o seu consentimento/contra a sua vontade.
“Obrigou a Masturbar”	26. Alguém obrigou outra pessoa a masturbá-lo/a ou masturbou outra pessoa (manualmente ou com objetos) sem o seu consentimento/contra a sua vontade.
“Tentou Penetrar”	32. Alguém tentou inserir dedos ou objetos na vagina de outra pessoa ou, no caso de ser um homem, tentou colocar o pénis na vagina de outra pessoa sem o seu consentimento/contra a sua vontade.
“Penetrar”	35. Alguém inseriu dedos ou objectos na vagina de outra pessoa ou, no caso de ser um homem, colocou o pénis na vagina de outra pessoa contra a sua vontade/sem o seu consentimento.
“Tentou penetração Anal”	38. Alguém tentou inserir dedos ou objetos no ânus de outra pessoa ou, no caso de ser um homem, tentou colocar o pénis no ânus de outra pessoa sem o seu consentimento/contra a sua vontade.